



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com anuência do plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se, em primeira parte, à leitura do documento a ser encaminhado à Excelentíssima Senhora Dilma Rousseff, Presidenta da República Federativa do Brasil, com relação às mudanças realizadas pela Câmara dos Deputados no projeto do Código Florestal.

Informo aos Srs. Senadores que cópia do documento se encontra sobre a bancada. Se não foi distribuída, já deve estar sendo.

Passo a ler a proposta do texto.

Proposta para a deliberação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, que diz o seguinte:

O texto final do Código Florestal, aprovado pelo Congresso Nacional no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, está sendo avaliado nesse momento pela Casa Civil da Presidência da República.

Regimentalmente, a Presidenta Dilma tem até o dia 25 de maio para sancionar ou vetar a matéria parcial ou integralmente.

Considerando a prerrogativa presidencial e respeitando a autonomia e independência dos poderes, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado aprovou, em sua última sessão deliberativa, dia 13 de maio, o requerimento para discutirmos um posicionamento sobre o tema.

A proposta é que a Comissão de Agricultura encaminhe esse posicionamento à Casa Civil da Presidenta Dilma para subsidiar a decisão do Poder Executivo sobre o Código Florestal Brasileiro.

Nesse sentido, à luz da racionalidade, razoabilidade, economicidade, eficiência, desenvolvimento e proteção ambiental, defendo a sanção integral do texto final aprovado pelo Congresso.

Considerando que o texto final do Código Florestal foi aprovado no Senado Federal por maioria absoluta e que aproximadamente 90% desse texto também foi aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 25 de maio, a sanção integral legitimará a decisão das Casas Legislativas.

Defendemos também a tramitação em regime de urgência do PLS nº 123, de 2012, apresentado pelos Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana, que dispõe sobre as áreas consolidadas em área de preservação permanente, as APPs, e em áreas de reserva legal.

De forma complementar, se necessário, sugerimos a edição de medida provisória que possa regulamentar a proteção, utilização e recuperação de APPs.



Ratifico que não podemos ficar nessa situação de insegurança jurídica. Precisamos de uma legislação que garanta condições para quem produz alimento e protege o meio ambiente com inclusão social.

Essa é a proposta que apresento para o debate nesta Comissão.

Continuando, o que eu entendo, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que não podemos ficar sem o Código Florestal. Nós precisamos ter um Código Florestal. Nós não podemos não aceitar apenas porque a Câmara fez mudanças no que aprovamos aqui. Não devemos ter uma posição de radicalismo entre a Câmara e o Senado. Entendo que é importante mantermos a boa conduta que tivemos até aqui, para que não se estabeleça agora uma disputa entre a Câmara e o Senado.

Portanto o que fizemos aqui foi legítimo: mudar o que a Câmara fez. E o que a Câmara mudou também é legítimo, pelas funções da Câmara Federal, como também é legítimo a Presidenta vetar, mas entendo que seria inadequado um veto total pela Presidenta, em função do trabalho que foi feito tanto na Câmara quanto no Senado e que voltou também para a Câmara.

Por isso, no meu entendimento, sugiro que a gente encaminhe um pedido de sanção geral ou de veto parcial, para que não fiquemos sem o Código Florestal, que, durante anos, foi debatido na Câmara dos Deputados e no Senado e que voltou para a Câmara, para continuar o debate.

Espero que a Presidente, Senador Moka, aceite o que o Congresso fez. Entendo que isso é muito importante. Não pode haver um Código Florestal somente por meio de uma medida provisória. É importante que haja um Código Florestal feito pelo Congresso Nacional e que continuemos a fazer as mudanças necessárias. Com a tramitação em regime de urgência do PLC nº 123, apresentado no Senado pelos Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana, poderemos fazer as mudanças que o Senado acha pertinentes.

Então, esse é nosso encaminhamento.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Bom dia, Sr. Presidente, Sr^a Senadora Ana Amélia, Sr. Senador Waldermir Moka!

Sr. Presidente, inicialmente, quero fazer um apelo a V. Ex^a no sentido de que a Comissão não aprecie esse documento hoje. E vou dizer por quê. O Palácio do Planalto só recebeu esse texto aprovado na Câmara ontem ou, salvo engano, anteontem. Entendo que deveríamos, ao longo da próxima semana, ensejar negociações das diversas Comissões do Senado com a Presidência da República para termos um conhecimento maior do que pensa a Presidência da República, de quais serão os vetos, se efetivamente forem proferidos, que deseja fazer a Presidenta da República, para, em torno disso, buscarmos construir um entendimento.

Por que digo isso? Entendo que nossa prioridade, neste momento, deve ser a de reconstituir o entendimento produzido pelo Senado Federal num texto que foi considerado equilibrado pela opinião pública de forma geral e que foi



objeto de vários editoriais dos principais jornais, após muitas críticas ao texto aprovado na Câmara. Houve o reconhecimento de que era um texto equilibrado, que atendia aos objetivos da produção rural brasileira e que dava tranquilidade e segurança jurídica ao produtor rural, garantindo, ao mesmo tempo, a questão da sustentabilidade ambiental.

É importantíssimo resgatar, nesse processo, o reconhecido papel desenvolvido pelo Senador Waldemir Moka, que, desde quando era Deputado, teve papel fundamental no início da tramitação desse projeto na Câmara dos Deputados.

É importante registrar – sou testemunha disto – que o texto do Senado foi exaustivamente debatido com as lideranças da Câmara dos Deputados que estavam à frente desse processo naquela Casa.

Hoje, pelas próprias declarações de alguns Deputados Federais, o que a gente percebe é um arrependimento – talvez, exista uma expressão mais adequada – em relação ao que foi feito na Câmara, porque, por informações e declarações de juristas, a aprovação do texto, com o consequente veto de algumas partes, já anunciado por diversos Ministros do Governo da Presidenta Dilma, pode gerar uma insegurança jurídica enorme no meio rural, o que não interessa a ninguém.

Por exemplo, por interpretação regimental, o Presidente Marco Maia entendeu que não poderia deixar de constar no texto a obrigatoriedade de recuperação de pelo menos 15 metros para rios de até 10 metros de largura. Mas saiu do texto a regra, construída por entendimento no Senado, de recuperação das Áreas de Preservação Permanente nos rios de maior largura. No entendimento de alguns juristas, essa questão, ao não estar explícita, levaria a uma insegurança jurídica. Haveria a obrigatoriedade de se fazer a recomposição total, como consta no Código Florestal atual e no que será sancionado – as Áreas de Preservação Permanente foram mantidas nas suas totalidades, indo até 500 metros –, ou como ficaria isso? A simples sanção, a sanção completa desse texto, geraria essa dúvida de interpretação.

Ao mesmo tempo, entendo que há o objetivo de construir uma saída política. Conversei ontem com a Ministra Izabella. E tive informações da vinda da Ministra Ideli Salvatti ao Senado, com a qual não estive. Mas tive informações de que o Governo veria com bons olhos a construção de uma solução política para o impasse, evitando a edição de uma medida provisória. Entendo que devemos caminhar nessa articulação, nesse diálogo junto com o Governo.

Sabendo, em determinado momento, o que o Governo pretende vetar, poderíamos construir, a partir do projeto dos Senadores Jorge Viana e Luiz Henrique – é um projeto que poderia ser apreciado em regime de urgência na Casa ou em tramitação conjunta nas quatro Comissões, como fizemos, numa única reunião ou em duas ou três reuniões –, a aprovação de um texto que suprisse aquelas lacunas e que fizesse retornar a segurança jurídica.



Entendo que nosso objetivo, neste momento, deve ser o de restaurar o entendimento produzido no Senado Federal. Devemos restaurar a segurança jurídica produzida pelo entendimento realizado pelo Senado Federal.

Então, esta é a ponderação que eu gostaria de fazer a V. Ex^a: talvez, fosse mais prudente analisar esse documento em outra oportunidade, quando houver um cenário mais claro dos entendimentos com o Governo. Com isso, poderemos restaurar o entendimento acerca do Código Florestal.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

Entendemos que o texto inicia uma discussão com relação ao tema. Nossa intenção é a de ir à Casa Civil para levar o texto e a de iniciar, assim, o debate, a discussão com relação à sanção ou ao veto parcial, mas não ao veto integral. Entendo que não podemos trabalhar com essa insegurança jurídica, principalmente, na agricultura brasileira. Se fosse apresentada mais uma medida provisória para regulamentar a questão, depois de tanto debate, depois de tanta discussão, haveria, aí sim, uma animosidade entre o Congresso e a Presidência da República.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, pela ordem.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, primeiro, concordo com a argumentação sobre a insegurança jurídica. Acho que este não é o melhor momento, com tantos temas polêmicos sendo discutidos no Congresso Nacional, para se criar esse contencioso político, que pode redundar numa dificuldade de relacionamento entre os Poderes. Essa é a primeira questão.

A segunda questão é a seguinte: isso significaria jogar no lixo praticamente todo um trabalho que o Senado, na Comissão de Agricultura, na Comissão de Meio Ambiente, na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Ciência e Tecnologia, fez de maneira exemplar, num processo novo, inaugurando uma nova articulação entre as Comissões para tratar do mesmo tema, dada a relevância da discussão e do trabalho feito nesta Casa.

Os Relatores, o Senador Jorge Viana e o Senador Luiz Henrique da Silveira, e os demais Senadores trabalharam na construção desse entendimento. Penso que isso tem de ser preservado. É um patrimônio que a Casa conquistou numa questão de interesse maior, que foi um projeto em que se buscou garantir produção com sustentabilidade, com preservação do meio ambiente.

Todos os que aqui estão, V. Ex^a, o Senador Rodrigo Rollemberg, o Senador Moka, o Senador Blairo Maggi, o Senador Jayme Campos, e as outras Comissões trabalharam intensamente. Precisamos preservar o trabalho que esta Casa fez em relação a um patrimônio brasileiro, que é a questão da produção de alimentos e também a questão da preservação ambiental.



Concordo com isso e também acho que o Senador Rodrigo Rollemberg está no ritmo político certo, para que não haja atropelos de parte a parte, para que se consiga, pela via do diálogo, encontrar uma saída política, para evitar que esse impasse acabe desaguando numa insegurança jurídica, o que é indesejável sob todos os aspectos.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Para discutir, tem a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, inicialmente, quero dizer que a fala do Senador Rodrigo Rollemberg não vem de encontro, não é contrária ao que V. Ex^a está propondo. V. Ex^a trouxe um documento aqui e pretende iniciar um debate que visa a trazer contribuição, diante notícias de que, possivelmente, haveria um veto por parte da Presidenta Dilma.

Entendo que temos de tomar certo cuidado. O consenso produzido no Senado é facilmente obtido. Nós conseguimos isso. Basta estabelecermos o texto. Até por questão de coerência, os Senadores que ajudaram a construí-lo são todos favoráveis.

O problema é que o veto... Na minha avaliação, se a Presidenta sancionar o projeto do jeito que está, por incrível que pareça, em função do que V. Ex^a falou... O que produzimos no Senado? Um acordo em relação à mata ciliar: no mínimo, seriam 15 metros; no máximo, 100 metros. Esse foi o acordo produzido.

Há pesquisas que dizem... A própria Agência Nacional de Águas (ANA) diz que não há necessidade de mais do que 30 metros, para efeito de água, de rio. Não se entra na questão da biodiversidade. Mas mais de 30 metros de mata ciliar não seria necessário. Trinta metros seria o suficiente, do ponto de vista da água. Mas evoluímos para 100 metros, que é uma mata ciliar razoável.

Meu caro Senador Rodrigo Rollemberg, sempre digo que não foi por falta de conversa que a Câmara... Na minha avaliação, os nossos companheiros, no intuito de acertar, de querer melhorar, de fazer avançar, vendo o aspecto da produção, exageraram na mão. E o ótimo do ponto de vista da produção é inimigo do bom. Tínhamos produzido um bom texto, um texto que tinha isolado aqueles radicalismos, aquele fanatismo. Também há alguns fanáticos que nunca foram ao campo, que não conhecem a produção e que ficam defendendo: “Veta, Presidenta! Veta totalmente!”. Como vetar totalmente? Noventa por cento do texto aqui produzido não entraram sequer em discussão!

Vou dar um exemplo para vocês. Há uma coisa que, no meu Estado, o Mato Grosso do Sul, resolve 90% dos problemas. Aliás, na época da Câmara, uma emenda foi proposta por mim mesmo ainda ao texto do Aldo: dos 20% de Reserva Legal, a gente podia debitar todas as APPs. Se o cara tem uma propriedade de mil hectares, 20% da sua propriedade, que corresponde a 200 hectares, são Reserva Legal. Lembro que, em lugar nenhum do mundo, as



propriedades particulares têm Reserva Legal; a Reserva Legal é terra do Governo. Somente no Brasil, a propriedade do particular tem de reservar 20% para a Reserva Legal.

O que produziu o texto? Dentro desses 20%, pode-se, então, descontar mata ciliar, se houver morro, se houver brejo. Se o sujeito tem mil hectares, 200 hectares são de Reserva Legal. E, se há 100 hectares entre morro e mata ciliar, ele só preservaria a reserva de 100 hectares mais 100 hectares, totalizando 200 hectares. Isso, em Estados como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, resolve o problema.

Durante o processo da discussão, o Senador Blairo, o Senador Rollemberg, o Senador Jorge Viana, o Senador Pedro Taques e eu fomos à propriedade do Dom Jayme. Falo Dom Jayme, porque ele é o comandante no Mato Grosso. Fomos até lá. E vocês viram lá que, numa propriedade grande, se se fala em 30 metros ou em 50 metros, não há problema.

O problema se dá em Estados como o seu, o Rio Grande do Sul, e como o de Santa Catarina, em que a maioria das propriedades é composta de minifúndios. Aí os 15 metros de um lado e de outro fazem diferença.

Essa é que era a polêmica! E, na verdade, o Aldo tinha proposto um texto que, na minha opinião, era o melhor. Para as pequenas propriedades, fazia-se uma progressão a partir de 5 metros e de 7 metros até se chegar a 15 metros. Talvez, isso é que tenha faltado. Isso é que não houve entre nós.

Vou ser objetivo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Permita-me um aparte, por um minuto?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Quero dizer o seguinte: imagino que, quanto a esse texto aprovado pela Câmara, é possível fazer uma negociação com o Planalto, vetando, naturalmente, alguns pontos do texto.

Todavia, o que me chama a atenção? V. Exª diz que há 20% de Reserva Legal e de APP, mas, em alguns casos, há algumas particularidades. Por exemplo, no caso de Mato Grosso, uma medida provisória, que V. Exª conhece, de 20 anos atrás nos gerou um impeditivo grande. O Blairo a conhece bem, assim como outros Senadores. Oitenta por cento da região amazônica acima do paralelo 16º têm de ser preservados. Isso deve abranger também o Estado de Rondônia. E há um questionamento nesse sentido. Naquela oportunidade, foi feita essa medida provisória. Essa medida provisória, até hoje, está no limbo, não veio ao Congresso Nacional para ser votada.

Outro ponto não seria de bom alvitre. É que nós, desta Comissão, estamos sugerindo, Sr. Presidente e Senador Moka, que o Governo Federal, por meio do Poder Executivo, edite uma medida provisória. Temos combatido sistematicamente, no Congresso Nacional, as edições de medidas provisórias. Eu,



particularmente, sugiro que esta Comissão marque uma audiência com a Presidente Dilma, junto com a Ministra do Meio Ambiente, naturalmente conversando com as lideranças ruralistas da Câmara Federal, para propormos que alguns pontos sejam vetados.

Particularmente, V. Exª disse: “Meu Estado, o Mato Grosso do Sul, foi atendido até certo ponto. Estou satisfeito. Nós estamos satisfeitos”. Todavia, alguns Estados não estão se sentindo contemplados, estão se sentindo prejudicados.

Então, o ideal, meu caro Presidente Acir Gurgacz, seria marcarmos uma audiência da Comissão de Agricultura, de forma articulada com a Câmara, para fazermos uma proposta para que o projeto seja vetado parcialmente.

O Senado Federal tem combatido, de forma sistemática, de forma contundente, a edição de medidas provisórias, sobretudo porque isso desmerece o trabalho dos Senadores e dos Deputados. Acho que não é uma boa ferramenta esse excesso, esse volume gigantesco de medidas provisórias no nosso País.

Eu queria só fazer essa ponderação, meu caro Senador Moka. Essa é a minha opinião. Era a observação que eu queria fazer, porque nós não podemos incentivar o próprio Governo Federal, por meio Executivo, a editar mais uma medida provisória. Isso dará uma demonstração de que somos incompetentes para fazer um projeto que, sobretudo, dê segurança jurídica para a nossa agricultura, para a nossa pecuária, para o campo brasileiro.

Essa era a observação que eu queria fazer.

Muito obrigado, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Vou incorporar o discurso do Senador Jayme ao meu aparte, Sr. Presidente.

Quero dizer ao Senador Jayme o seguinte: você chegou aqui, e nós já fizemos essa discussão. Estamos sugerindo que possamos fazer um trabalho... O Senador Rodrigo Rollemberg viu essa possibilidade, com o que concordo. Oficialmente, a Presidenta só tomou conhecimento do texto anteontem ou ontem. Mas, na verdade, sabemos que o texto está sendo discutido. Mas, oficialmente, o texto foi encaminhado ao Palácio do Planalto ontem ou anteontem. Então, parece-me que os jornais noticiam que o prazo para o veto é até o dia 25 deste mês. No requerimento da semana passada, havia uma preocupação em discutir isso logo, em função de que se noticiava que o veto seria dado até o dia 15 deste mês.

Então, acho que temos de construir... Fui procurado ontem pelo Senador Jorge Viana, que pediu que pudéssemos conversar novamente a respeito disso. Mas quero chamar a atenção para um detalhe: não adianta um consenso só do Senado. Isso não adianta, porque nós não vamos resolver o problema. Acho que, depois do que aconteceu, talvez, os Deputados entendam que, quando fizemos o acordo, nós o fizemos dentro do que era possível.

Há gente que radicaliza de um lado e gente que radicaliza do outro lado. Houve alguns votos contrários aí.



Então, acho que tínhamos de produzir o texto, conversando entre nós, mas, novamente, procurando entender... Se vai haver um veto parcial, esse veto vai ser apreciado, evidentemente. Mas, não havendo consenso, ele pode até passar pela Câmara – ou passa pela Câmara e não passa pelo Senado.

Enfim, acho que sempre é importante ouvir os Deputados Federais mais uma vez, mesmo entendendo que os Deputados podem ter errado na mão. Há algum tempo, eu era Deputado Federal. Os Deputados Federais, em função do seu mandato, têm legitimidade para derrubar, para pôr... Isso é legítimo. Mas, talvez, não tenha sido o que a sociedade queria.

Eu me lembro de que, na nossa discussão, setores ambientalistas tentaram fazer uma campanha de veto, que não pegou, porque isolamos aqueles radicais na discussão, mostrando que, aqui, tínhamos bom senso e que caminharíamos para um texto que seria o melhor para o País. Não pegou! Agora, depois de votado, podemos ver a reação de toda a sociedade contrária ao texto, mostrando, visivelmente, que houve um erro na avaliação, pelo menos.

É claro que o setor urbano está distante também da realidade do campo! Mas quero respeitar essas opiniões, que, para mim, são muito válidas. A Casa não pode fazer texto ou lei sem estar sintonizada com o que pensa o conjunto da sociedade civil organizada.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Moka, V. Ex^a me concede um aparte por um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Rodrigo.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Quero só registrar, Senador Acir Gurgacz, que, na *Folha de S.Paulo* ou no *O Estado de S.Paulo* – não sei qual foi o jornal –, há um artigo do Professor José Eli da Veiga, que respeito muito. Num trecho do artigo, ele se refere a uma frase do Nelson Markezelli, que disse que o que foi aprovado foi uma maluquice. Não sei em que contexto o Deputado Markezelli, por quem tenho o maior respeito, disse isso. O próprio José Eli da Veiga, que foi um grande crítico desse processo do Código Florestal, registra o bom senso que foi alcançado no texto do Senado.

Então, talvez, seja prematuro apreciarmos o documento agora. Como disse o Senador Moka, não sou contrário a que a gente aprecie o documento. Mas acho que deveríamos usar esta semana e a próxima semana para fazer negociações com o Governo e com a Câmara dos Deputados.

A possibilidade de veto é absolutamente legítima dentro do processo político. É legítima a possibilidade de o Senado, a Câmara e a Presidência da República vetar. Mas, sem dúvida, a possibilidade de veto é um instrumento de pressão para a construção de um entendimento.

O artigo intitulado “Código Florestal ‘feito por maluco’” está na *Folha de S.Paulo*. Depois, vou ler um trecho do artigo de José Eli da Veiga.



A Câmara aprovou esse texto, por um pouco mais do que a maioria absoluta, o que, em tese, poderia mostrar a tendência de que a Câmara derrubaria o veto da Presidenta da República. Mas é importante registrar que o Senado aprovou o texto do entendimento quase por unanimidade; salvo engano, apenas sete Senadores foram contrários. Então, também a perspectiva de que há a possibilidade grande de manutenção do veto parcial no Senado é um instrumento importante para a construção de uma negociação em torno de um entendimento.

Concordo inteiramente com o Senador Waldemir Moka: esse entendimento deve envolver a Câmara dos Deputados, para que possamos construir uma solução política para o caso, sem precisar utilizar medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Moka e Senador Jayme, quero só justificar: a nossa intenção com esse documento é iniciar o diálogo, é abrir o diálogo. Com esse documento, vamos ter oficialmente uma reunião com a Casa Civil, para que possamos inaugurar o diálogo a partir da chegada do projeto à Casa Civil, para a Presidenta sancionar, vetar ou analisar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, para encerrar, quero dizer que eu trouxe aqui uma contribuição da minha assessoria, que analisa, ponto por ponto, todos os itens modificados pela Câmara dos Deputados. Depois, posso distribuir esta análise. É apenas uma visão técnica do Nelson, que é o principal assessor meu nessa área, que conhece o assunto e que acompanhou as discussões. Acho que este seria um documento que, tecnicamente, poderia ajudar nessa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sugiro que o inclua no nosso texto, para que formemos um texto único.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Como não, Sr. Presidente? Vou sentir-me honrado com isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Esse é o ponto.

Para discutir, tem a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, acho que o que aconteceu com esse Código na Câmara Federal trouxe um grande problema para a Presidente Dilma. Acho que a Presidente tem um grande problema nas mãos agora se analisamos isso pelo lado político.

Todo mundo diz que tem legitimidade, e não podemos tirar, de forma alguma, a legitimidade que a Câmara tem de fazer um projeto de lei.

Diferentemente do que muitos acham, penso que a pressão que ocorre lá fora por parte de 200 a 300 pessoas não pode ser algo tão determinante que mude a relação que os parlamentares têm com sua base. Na verdade, os parlamentares e os partidos políticos trabalham conforme a necessidade e a vontade da sua base. No caso da votação do Código Florestal na Câmara, isso



não foi diferente. Essa questão, aliada à vontade de alguns parlamentares que pensam de forma diferente do que pensamos no Senado, é que criou essa grande confusão.

Então, a Presidente tem sobre a sua mesa um problema grave para resolver. Se a Presidente vetar tudo, se todo mundo na Câmara resolver derrubar o veto da Presidente... E eles já mostraram que têm força! Não queremos esse tipo de situação. Acho que a nossa função aqui é a de harmonizar e fazer as coisas.

O projeto que saiu do Senado Federal foi acompanhado pela Presidência, porque o Ministério do Meio Ambiente aqui esteve. Todos nós conhecemos aqueles que participaram do processo com a autorização da Ministra. E, se participaram do processo com a autorização da Ministra, quero crer que o fizeram com a autorização da Presidente da República. E, em relação a todos os pontos que mudamos, em que avançamos ou até retroagimos, houve a concordância por parte do Ministério do Meio Ambiente para fazermos essas negociações.

E mais: aqui também esteve a grande maioria das ONGs que ficam ali fora protestando. Elas tiveram espaço dentro de qualquer um dos nossos plenários e tiveram a nossa atenção e também o nosso carinho. Passamos até a conhecer quem não conhecíamos pelos nomes, de tanto que eles frequentaram as nossas reuniões!

O texto que saiu do Senado não foi aquele que eu gostaria que fosse definitivo, mas foi o texto possível de se construir. Quando estamos construindo uma lei como essa, não são as nossas vontades pessoais que devem estar na frente, mas aquilo que é possível construir. Então, o Senado construiu o que foi possível – o Senador Moka é testemunha disso e coordenou o processo –, junto com vários Deputados Federais. E, se fosse pela vontade e pela compreensão dos Deputados Federais, esse texto teria passado na Câmara sem grandes dificuldades. Porém, lá houve o embate, e chegamos a esse ponto.

Eu queria dizer que não concordo, Sr. Presidente, em defendermos a sanção total desse projeto. Há coisas que foram feitas na Câmara que merecem uma reflexão nossa, até em respeito àqueles que fizeram as coisas corretas até agora.

Somos muito cobrados em nosso País. É dito: “Eu, que obedeci o tempo inteiro à legislação, estou sendo penalizado agora, porque aqueles que não obedeceram ganharam uma oportunidade que não aproveitei lá atrás”. Na sua região e na minha região, a gente ouve isso constantemente.

Eu gostaria que nós, da Comissão de Meio Ambiente, liderada pelo Senador Rodrigo Rollemberg, e da Comissão de Agricultura, liderada por V. Ex^a, pedíssemos uma audiência na Casa Civil. Aí vamos ver o documento que vamos levar àquela Casa, para mostrar esta nossa preocupação que estou expondo ou outra que vamos construir.



Temos de dizer o seguinte: “Presidente, a senhora não pode vetar tudo isso”. Sinceramente, acho que isso seria, Senador Rollemberg, um desrespeito muito grande ao Senado, à Câmara e aos setores produtivos.

Para o setor ambientalista, essa discussão, essa briga, Senador Moka, nada mais é do que uma bandeira. É uma bandeira legítima, mas é uma bandeira! Então, se eles ficarem aqui defendendo isso e brigando por mais um ano ou dois anos, não haverá problema algum. Eles terão até ocupação, eles terão uma bandeira para defender! Mas, para o setor produtivo, isso significa insegurança jurídica, significa prejuízo, e o País poderá enfrentar retrocessos na produção.

Então, estamos falando de coisas diferentes. Se eu fosse somente torcedor de times, eu torceria a vida inteira. A gente torce, ganha e perde, sem problema algum! Mas não é isso que está acontecendo.

Há o Brasil real, que produz e que está no campo, e o Brasil verde, ambiental, que também defendemos. Mas, entre defender e não produzir e defender e produzir, temos de buscar o meio-termo. Essa é nossa responsabilidade aqui.

Mais uma vez, quero dizer o que sempre digo: não há nenhum país no mundo que fica assim preocupado... Ontem, conversei com o líder Eduardo Braga, que me disse: “E a nossa imagem lá fora?”. Pelo amor de Deus, gente! A nossa imagem lá fora tem de ser a melhor possível. Nenhum país – e olhem que conheço muitos países! – tem as mesmas condições que temos de conservação de água, de conservação de floresta, de tudo o que já foi dito aqui, e a condição de produzir sustentavelmente. Ninguém tem isso! Então, que nos respeitem, por favor! E deixem que tomemos as decisões internamente, ajustando essas questões! Não acho que a Presidente Dilma tem de estar preocupada com o que o Príncipe Charles vai dizer na Rio+20.

A minha empresa, Senador Rollemberg, faz parte de um grupo que chama Grupo do Príncipe. Nosso pessoal vai para lá e discute com eles, e eles têm negócios no Brasil. Eles também fazem questão de ser pró-ativos, de ser não só aqueles que criticam. Não se deve dizer somente “não pode, não pode, não pode”. Não! É preciso dizer: “Pode”. E é preciso dizer de que jeito se pode fazer.

Os senhores são conhecedores de que a Maggi, neste ano, foi a única empresa a conseguir um certificado do FFB como a empresa mais sustentável do mundo. Nenhuma outra empresa no mundo, no setor da agricultura, conseguiu os pontos que conseguimos, ao fazermos as coisas de forma transparente e correta, como V. Ex^{as} puderam ver naquela fazenda que visitamos.

Então, há espaço para fazer as coisas. Mas, pelo amor de Deus, não me digam que se tem de vetar tudo isso, depois do esforço gigantesco que foi feito! Mais uma vez, esse será um desrespeito a todo mundo! Foram 10 anos de negociação! Por esta Casa, passaram cientistas, ambientalistas, agricultores



contrários e favoráveis. Todos tiveram direito de falar! E, agora, simplesmente porque 200 caras estão aí fora e vieram aqui fazer pressão – apareceram na capa de uma revista –, as pessoas dizem “veta, Dilma!”. Nem sabem o que estão pedindo para vetar! Um assunto desses é tratado em *shows*, em que se pede: “Veta! Veta!”. Isso virou *hit*, virou moda.

Há pontos que têm de ser vetados, porque a linha em que propusemos que o País andasse e avançasse é um pouco diferente daquela que foi estabelecida. Mas simplesmente jogar o texto fora não é possível!

Então, eu gostaria de pedir aos dois Presidentes e às lideranças que fôssemos à Casa Civil para mostrar o nosso ponto de vista.

Por exemplo, o texto do art. 62 produzido pelo Senado, sobre o qual se deu a grande discussão, foi trocado pelo texto da Câmara. Nesse artigo, mora a questão das distâncias de proteção das matas ciliares. Ora, para mim, é fácil a solução: retira-se isso fora. É claro que se deve ver onde ele está engastalhado, onde há problemas de inter-relação. E se recoloca, sob a forma de medida provisória, o que o Senado fez. Foi uma coisa altamente discutida. Não foi uma coisa alienígena, que caiu de qualquer lugar.

Sr. Presidente, eu queria expor essa preocupação e dizer que, além de todo o debate, temos de considerar isto: um lado levanta uma bandeira, o que é legítimo, é democrático, não tem problema algum; o outro lado é o do chão, é o do dia a dia. É questão do Ministério Público, é questão da legalidade dos nossos produtos que são exportados e que são colocados aqui dentro. Queremos estar dentro do que a legislação diz, mas a legislação tem de ser exequível e possível de ser obedecida.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Blairo. A sua colocação vem ao encontro da nossa, que é a de iniciarmos um debate com a Casa Civil, para acharmos os pontos de convergência e de divergência. Quando há um veto parcial, é preciso haver uma medida provisória para repor... É exatamente essa a discussão que queremos fazer.

Tem a palavra para discutir...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Quero só dar uma sugestão. Na minha avaliação, tínhamos de começar conversando com os dois Ministros da área, o Ministro do Meio Ambiente e o Ministro da Agricultura, para que eles participassem dessa tentativa de entendimento. Aí, se possível, poderia chegar à Casa Civil um texto que representasse a harmonia do que foi possível tirar. E isso poderia envolver tanto a Comissão do Meio Ambiente quanto a Comissão de Agricultura. Tenho informações de que a Ministra do Meio Ambiente tem interesse nessa conversa, bem como o Ministro da Agricultura, no sentido de criar alternativas, para que possamos resolver essa questão.



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem!

Para discutir, tem a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero reforçar 100% as palavras dos meus colegas, especialmente as do Senador Blairo Maggi.

Pela frente, há esta polêmica: haverá o veto? O que se vai vetar na verdade?

Também estou vendo pela frente que, pela primeira vez, haverá a possibilidade de o Congresso Nacional votar um veto. Isso nunca aconteceu na Casa até hoje. Todos os vetos feitos pelos ex-Presidentes da República não foram apreciados até hoje.

Vemos a situação que vive o campo, a instabilidade existente no campo. E percebemos que se corre o grande risco de a Presidente Dilma fazer um veto parcial ou total, como está sendo solicitado por algumas categorias e entidades. No fim de semana, vi artistas fazerem discursos, pedindo à Presidente Dilma: “Veta, veta!”. Eles o fazem como se essa fosse a solução. Essas mesmas pessoas, como sabemos, vivem sempre no bem-bom.

Tentamos construir nesta Casa, Sr. Presidente, um texto para integrar os interesses múltiplos de todos. O texto voltou para a Câmara dos Deputados. É um direito lógico e legal que aquela Casa tem. E, se aquela Casa tomou aquela posição, isso se deu porque a maioria daquela Casa estava atendendo ao anseio da população brasileira.

Fico preocupado quando vejo muitas pessoas discutindo essa questão preocupadas com o mundo, como se o restante do mundo estivesse preocupado com o Brasil. Olhem a situação que vive a Grécia hoje! A Grécia, hoje, vive um momento de crise, um momento de fome, e não vejo nenhum país dar dinheiro de graça para a população daquele país.

O Brasil é diferente. O Brasil tem um potencial extraordinário, produz alimentos não só para o Brasil, mas também para o mundo inteiro. Somos altamente competitivos mundialmente. E, aqui, muitos organismos e entidades estão contra a questão da regularização, da legalidade para quem produz, porque, infelizmente, estão sendo pagos por alguém.

Nós, aqui, em momento nenhum, colocamos no texto que é para derrubar 100%. Em momento nenhum, colocamos no texto que queremos que continue o desmatamento. Colocamos no texto – esta foi a proposta desta Casa – que não se desmatasse mais nada!

Mas, ao mesmo tempo em que procuramos um texto de consenso, vejo alguém querendo discursar para a plateia: “Vai haver a Rio+20. Temos de nos preocupar!”. Que conversa para boi dormir! Alguma vez, algum país, a exemplo dos Estados Unidos... Vamos ver qual é a preservação do território dos Estados Unidos e a de outros países, Sr. Presidente!



Portanto, nós, na nossa casa, temos de discutir o que é melhor para esta casa.

Estou de acordo quando se discute isso nesta Comissão de Agricultura. O Senador Rodrigo Rollemberg, que está aqui, é da Comissão do Meio Ambiente. As duas Comissões têm de andar juntas nesse procedimento.

O Senador Moka levantou uma questão fundamental. Temos de fazer por partes. Na primeira parte do nosso trabalho, nós nos sentaríamos com a Ministra do Meio Ambiente e com o Ministro da Agricultura ao mesmo tempo. Assim, poderemos subsidiar a Presidente Dilma, para que a Presidente possa, na verdade, não fazer um veto total, como muitos querem por aí.

E, se houver o veto total, a Presidente Dilma, infelizmente, mesmo que sejamos da base do seu Governo, vai ter sua primeira derrota aqui, no Congresso Nacional, em termos de decisão em torno de uma legislação.

Portanto, vejo com preocupação a situação que vivemos. Sou a favor do que disse o Senador Blairo Maggi, que, aqui, disse que é um exemplo de produtor. Da mesma maneira, também digo que sou um exemplo. Sou contra aqueles que, no passado, desmataram mil hectares de terra. Preservei 50%. Como homem público, sou um exemplo; como produtor, sou um exemplo. Podem ir às minhas propriedades, que estão à disposição disso. Mas não é por causa disso que temos de sacrificar quem produz neste País.

Vi o Senador Moka falar da preocupação que tem. Há várias situações. Dou o exemplo do nosso Estado, Senador Acir. Lá há assentamento agrário. Lá há pequenas e médias propriedades, e, se formos impor 15 metros para cada lado, alguns sítios vão ter de replantar 80% da sua área.

Então, a preocupação que se tem é a de se colocar um marco zero, para que se possa, daqui para frente, tomar o cuidado de preservação total e também consolidar o que está feito. E, em nível nacional, 61% de toda a nossa mata atlântica e da mata amazônica estão preservados. E não vejo ninguém discursar para dizer do que já cuidamos até hoje.

Além disso, sabemos que o mundo e o Brasil não podem parar de produzir alimentos. Toda vez em que se faz o censo do IBGE, vemos que o número de habitantes no País aumenta. Quando se levanta esse dado, não sei de quantos em quantos anos, vemos que ele aumenta consideravelmente. E, se esse número aumenta consideravelmente, também temos de nos prevenir no sentido de aumentar a produção agrícola. Não há outro jeito! Só existe uma maneira de se tirar a produção agrícola. Não vejo como se vai conseguir colher alface, rabanete, feijão ou qualquer outro produto nas nuvens ou nas estrelas! É preciso plantar na terra, no solo. E, para se plantar no solo, ele tem de estar desmatado, porque ele tem de receber os raios do sol. O local tem de estar preparado para isso.

Então, essa é a preocupação que temos.

Vejo que, se a Presidente for atender à reivindicação de alguns poucos radicais e se algum Senador estiver preocupado com o discurso da



Rio+20... Não estou preocupado com Rio+20, nem com Rio+50, nem com Rio+60, nem com Rio+100! Não estou preocupado com França, nem com Estados Unidos! Estou preocupado é com o Brasil. Nós moramos aqui, somos independentes. Esta terra é nossa. E nós, aqui, estamos dando exemplo para o mundo! Felizes seriam eles se tivessem feito o que estamos fazendo aqui. A exemplo disso, há o zoneamento econômico em Rondônia. O Brasil está preocupado.

Portanto, nós, Senadores, precisamos auxiliar nessa questão. Com certeza, de repente, os Senadores que me antecederam...

Não tem obrigação nenhuma a Presidente ou a Ministra do Meio Ambiente de acatar alguma sugestão nossa. Agora, essa é uma decisão que a Presidente tem de tomar com a caneta dela. Mas é importante que ela tente construir, junto com as duas Casas, algo de consenso, sem precisar vetar. Mesmo que a Presidente vete, vejo, pela primeira vez... Se ela vetar e se o projeto voltar para o Congresso, com certeza, votarei para derrubar o veto! Mesmo que percamos em algum lugar, voto pelo setor produtivo. Não quero ver o nosso Brasil morrer de fome amanhã com a quantidade de terra que tem! Quero ver nosso País produzindo riqueza e gerando renda, para poder empregar.

O Blairo falou aqui do discurso de alguns ambientalistas. É o mesmo que vi o Paulinho da Força Sindical fazer aqui! Ele veio aqui, há poucos dias, junto com a Fiesp, com a Fier, com as federações, para defender emprego, posicionando-se contra os produtos que vêm da China. E o que é mais caro no produto brasileiro? Os encargos sociais. Eu ouvi o discurso dele. E, no dia em que eu ia fazer uma pergunta para ele, ele caiu fora daqui! Enquanto isso, a Força Sindical está querendo diminuir de 44 horas para 40 horas a jornada de trabalho. Se, hoje, a nossa mão de obra e o nosso produto já estão caros para disputarem em nível mundial, imaginem o que ocorrerá se ainda diminuir a jornada, encarecendo ainda mais o produto!

Muitas pessoas discursam para a plateia, mas, na verdade, não estão preocupadas com o País. Estou preocupado é com o País, defendendo quem está aqui. Especialmente, os Deputados representam as suas bases. Eu também represento a nossa base lá. Portanto, estou ao lado do povo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol, por suas ponderações.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, o texto que eu havia mencionado, no final, emite uma opinião relativa a veto. Acho que, neste momento, não deveríamos considerar se veta ou se não veta. Acho que essa é uma questão que temos de construir. É claro que essa é uma opinião que defendo, mas, neste momento, não vale a pena externar opinião, porque



vamos buscar um consenso. Para haver consenso, é preciso haver posições abertas a respeito do assunto. Não vamos conseguir estabelecer o consenso se cada um quiser começar a discussão colocando o que pensa.

Penso que é possível a gente restabelecer aqui uma contribuição, para que a Presidenta possa sair, na verdade, de um problema que está criado. O Blairo tem razão. Ela está com um problema sobre a mesa. E o que ela vai fazer? É obrigação do Senado, sim, dar uma contribuição, uma sugestão, na minha avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka.

Antes de conceder a palavra ao Senador Luiz Henrique, quero reiterar que a nossa intenção, ao termos aqui um documento, é iniciarmos uma conversa com a Presidenta Dilma. Não queremos emitir opiniões pontuais, mas, sim, iniciar um diálogo, um debate, junto com a Câmara dos Deputados, junto com os Ministros da área do meio ambiente e da área da agricultura, para que possamos dar nossa parcela de contribuição. Nossa intenção é a de ajudar neste momento delicado em que a Presidenta se encontra: veta ou não veta? O voto será parcial ou total? Ou sanciona? Vamos dar nossa parcela de contribuição ao setor produtivo e à questão ambiental brasileira!

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique para debater a questão.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aqui, no Senado, tivemos a preocupação de buscar a convergência e fizemos um grande acordo. Mas não buscamos simplesmente a convergência entre nós, Senadores, mas, sim, entre nós, Senadores, o Governo, os Deputados que lideravam a Frente Parlamentar da Agricultura e a sociedade. E produzimos um texto que, certamente, não era a realização total ou majoritária da vontade de cada um, mas que era o texto possível, que balizava um equilíbrio entre as duas forças principais que atuam nesse processo, um equilíbrio entre preservação e produção.

Agora, mais do que nunca, precisamos de um grande acordo. Isso é urgente! Precisamos de um grande acordo a respeito desse assunto já!

As alterações feitas na Câmara, em vez de atenderem aos interesses que se propunham de maior proteção à produção rural, foram, na verdade, um desastre contra a produção rural. Vou citar um exemplo: reduzimos a necessidade de reflorestar as regiões ribeirinhas em relação aos grandes rios de 500 metros para o máximo de 100 metros. A Câmara restabeleceu os 500 metros, dando um tiro no pé das suas próprias pretensões.

O capítulo que, na minha opinião, foi mais elaborado e que, além de técnica legislativa, encontrou um ponto de equilíbrio entre preservação e produção foi o capítulo referente aos apicuns. Manteve-se, na parte geral, na parte permanente, a proteção dos manguezais como um todo, entendendo serem eles



integrados pelos apicuns, mas estabeleceu-se uma regra transitória, preservando os antrópicos daquelas áreas até 22 de julho de 2008. Esse artigo contou com muitas mãos: a do Ministro Benjamin, do STJ; a do Senador José Agripino, que teve uma participação muito grande; a do Líder na Câmara, Henrique Alves; e, ao final, aquele texto, que atendeu tão bem às pretensões de quem pratica a extração de sal e carcinicultura na região nordestina, acabou sendo suprimido na Câmara. Hoje, o extrator de sal e o produtor de camarão no Nordeste estão sujeitos à criminalização.

Então, nós estamos diante de um impasse que reclama um grande acordo, um grande entendimento, não para restabelecer a vontade do Senado sobre a Câmara, isso não pode nunca acontecer – o Parlamento é bicameral, e o Senado é uma instituição revisora e não que estabeleça um processo de reprimenda àquilo que fazem os nossos colegas Deputados –, mas um grande acordo em que se demonstre, como, aliás, já é demonstrado aqui neste trabalho feito pela assessoria do ilustre Senador Waldemir Moka, que encontre uma forma de restabelecer aquele equilíbrio que nós conseguimos fazer no texto aqui, no Senado.

A situação é grave. A Presidente tem duas bombas de hidrogênio na mão: a primeira, ela veta tudo: “Ficou um projeto desarranjado, ficou um quasímodo, ficou um ornitorrinco legislativo; então, vamos vetar tudo, e vou deixar como fica”; e tem uma bomba atômica na mão que é não renovar o decreto, e aí ficam os nossos agricultores todos – grandes, médios e pequenos – sujeitos à criminalização.

Então, é preciso que haja uma flexibilização dos nossos colegas Deputados e talvez uma nova flexibilização do Governo em relação aos pequenos agricultores, os agricultores de dois módulos que são 80% do universo que está sujeito à criminalização, e nós construímos conjuntamente um grande entendimento que nos permita aprovar aqui, no Senado, rapidamente, o texto, já pré-aprovado pelos Deputados, a fim de que nós possamos suprir determinadas disposições que têm no veto uma condição inevitável; há determinadas disposições que têm no veto uma condição inexorável.

Então, agiu bem esta Comissão no sentido de não propor nada tópico específico, mas de propor que se restabeleça um clima de entendimento e que essa matéria que é a mais importante para balizar o desenvolvimento do País não seja tratada com base em nenhum sentimento de luta partidária, de oposição e Governo, mas que seja tratada como a grande matéria a balizar o desenvolvimento do nosso País.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Lembro que nós temos uma audiência pública com a Anvisa, então peço aos Srs. Senadores que possam, pelo adiantado da hora...



O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu peço a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – ...escusas, mas eu tenho que acompanhar o depoimento do Ministro Raupp, da Ciência e Tecnologia, onde, dentre outros assuntos, quero discutir a política nacional para as terras raras; essas matérias estratégicas são fundamentais para o desenvolvimento do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu sugiro, Senadores – só um minutinho, Senador Eduardo Suplicy –, que possamos formar uma comissão e aqueles que quiserem integrá-la, Senador Casol e Senador Rollemberg, o façam para que possamos ir até a Casa Civil para iniciar esse diálogo com o Executivo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu estou insistindo que, antes da Casa Civil...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Mas é que é via Casa Civil que nós vamos chegar oficialmente; Senador Moka, é a Casa Civil que organiza todas essas reuniões.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu sei, Presidente. A Casa Civil é uma decisão – perdoe a minha insistência –, mas a Ministra Izabella e o Ministro já demonstraram interesse de conversar com essa comissão. V. Exª inclusive será contatado, e eu tenho informação a respeito disso. Por quê? Porque eu acho que, como a discussão e o texto que nós fizemos aqui o tempo todo foi negociado com os dois Ministérios, é importante. Pode-se até construir lá, na Casa Civil, com a presença dos dois. Mas, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu só não queria pular etapas, porque é via Casa Civil que nós vamos chegar ao Ministério do Meio Ambiente e ao da Agricultura.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sugestão de encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É assim que funciona o trâmite, mas não tem problema nenhum, podemos mudar.

Pois não, Senador Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – A minha sugestão é que constituamos uma comissão composta dos quatro presidentes de comissão pelas quais tramitou o projeto do Código Florestal, os dois Relatores, Senador Jorge Viana e Senador Luiz Henrique, e mais os Senadores Waldemir Moka e Blairo Maggi, para que possamos fazer essas negociações, esses diálogos com o Ministério do Meio Ambiente, com o Ministério da Agricultura, com a Casa Civil e com a Câmara dos Deputados, buscando construir uma solução política para o impasse. Essa é a minha sugestão.



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu gostaria de ouvir o Senador Eduardo Suplicy, que pediu pela ordem.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Presidente Senador Acir Gurgacz, eu quero aqui expressar a minha confiança no discernimento da Presidenta Dilma Rousseff.

O Senador Rollemberg citou aqui o artigo de José Eli da Veiga, que inclusive foi um dos colaboradores mais próximos da ex-Ministra e ex-Senadora Marina Silva, que tem inclusive recomendado o veto total.

A própria *Folha de S.Paulo* hoje traz essa charge das dificuldades por que está passando a Presidenta Dilma Rousseff diante de todas as pressões, as opiniões que estão sendo expressas por todos e inclusive à véspera da Conferência Rio+20. Certamente, ela está ciente da repercussão enorme que terá para o Brasil com respeito a essa decisão. Acho que ela e a Ministra Izabella Teixeira colaborarão muito para aquilo que aqui no Senado se considerou como um bom senso, ainda que com algumas críticas aqui e acolá, inclusive citadas por Eli da Veiga hoje, mas eu quero aqui expressar que a Presidenta Dilma certamente fará todo o esforço para manter o texto do Senado, especialmente naquilo que foi fruto de um processo democrático para dar segurança jurídica, em especial, aos pequenos agricultores.

Então, era isso que eu gostaria de registrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Passamos, então, para concluirmos, formando essa comissão, e, Senador Rodrigo Rollemberg, que também o faça na Comissão de Meio Ambiente, para que possamos nos juntar novamente – isso tem que ser feito também na Comissão de Ciência e Tecnologia –, mas vamos aqui fazer a nossa parte, na Comissão de Agricultura. Vamos iniciar o diálogo, iniciar o trabalho, como sugere o Senador Moka, com o Ministério do Meio Ambiente e com o Ministério da Agricultura, montar aqui uma comissão, depois nos juntaremos à Comissão de Meio Ambiente para avançarmos na discussão. Nós temos até o dia 25 apenas, é pouco tempo para debater, discutir, fazer reunião. Eu sugiro, então, que montemos essa comissão aqui, juntamente com a Comissão de Meio Ambiente, para que possamos debater e avançar nesse tema que é da maior importância a todos nós. Nós não queremos, de forma alguma, colocar aqui uma discussão entre as duas Comissões, pelo contrário, nós queremos nos unir, como sempre fizemos, e a proposta nossa é nos unir. Não queremos perder esta etapa do dia de hoje para que possamos ter aqui alguma coisa em mão para avançarmos na discussão.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Só a título de informação prática: para que essa unidade ocorra, é importante registrar que nós já estamos com o requerimento, assinado pelos quatro presidentes de Comissão – eu, V. Ex^a, Senador Eduardo Braga e Senador Eunício Oliveira –, para que o



Projeto de Lei, de autoria do Senador Jorge Viana e do Senador Luiz Henrique, possa ter tramitação conjunta nas quatro Comissões. Eu entendo que ele será o caminho – digamos assim – do diálogo e do entendimento, e é importante construir com o Governo e com a Câmara essas pontes para buscar construir essa solução do entendimento para a resolução do impasse. Então, eu diria que a ação prática já está posta. Vamos conversar hoje com as assessorias se, efetivamente, esse é o melhor caminho regimental; em sendo, nós já podemos protocolar hoje, já que têm as quatro assinaturas, para garantir a tramitação conjunta desse projeto nas quatro Comissões, e podemos apreciá-lo, até o dia 25, em caráter terminativo, nessas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Peço o apoio de V. Ex^a para que possamos andar em paralelo com as duas ações para que possamos ter resultado, ou uma ou outra, mas que tenhamos resultado neste momento.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu só insisto que acho que a estratégia é correta, só que nós temos que, de alguma forma, envolver as lideranças da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida. É evidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Acho que não tem sentido aprovar aqui, em caráter terminativo, sem que eles lá estejam em consonância com o texto daqui, porque, mais uma vez, nós vamos esbarrar no que já aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Certo. Isso no paralelo é o novo PLC nº 123, que foi assinado pelos dois Senadores.

Então, vamos encaminhar, finalmente?

Os Senadores e as Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Vamos à segunda parte da nossa reunião de hoje, que é a audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 18, aprovado em 26 de abril, de minha autoria e de autoria da Senadora Ana Amélia, com a finalidade de debater sobre o tema regulação sanitária e o mercado de agrotóxico, por ocasião da Semana de Vigilância Sanitária no Congresso Nacional, promovida pela Anvisa.

Convido a compor a mesa o Dr. José Agenor Álvares da Silva, Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa; Dr^a Anamaria Tambellini, pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Dr. Victor Manoel Pelaez, Professor da Universidade Federal do Paraná; e Eduardo Daher, Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal – Andef.

Agradeço a presença dos senhores e das senhoras aqui presentes, pedindo desculpa pelo atraso, mas o tema ora debatido pelos Senadores é da



maior importância, não somente para esta Comissão, mas para a agricultura brasileira e também para a preservação do meio ambiente. É um dever da nossa Comissão debater e discutir esse assunto que foi amplamente debatido aqui no Senado, não só pela Comissão de Agricultura, mas pela Comissão de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Comissão de Constituição e Justiça, como também durante anos ficou na Câmara dos Deputados com debate, e agora temos a obrigação de dar, mais uma vez a nossa contribuição, de oferecer a nossa contribuição para que possamos auxiliar ou colaborar com a presidência da República, com os ministérios, Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, para com relação à agricultura brasileira. Principalmente, levando ao campo essa questão importantíssima, que é a segurança jurídica para o agricultor brasileiro.

Agradeço a presença dos senhores e das senhoras aqui conosco.

Passo a palavra ao Dr. José, para que possa fazer a sua colocação.

Consulto se dez minutos estaria bom ou...

O SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES SILVA – Eu tenho uma apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O senhor tem uma apresentação?

O SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES SILVA – Tenho, rápida.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, deixo o tempo para que o senhor administre.

O SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES SILVA – Bom, obrigado, Senador. Muito obrigado pela oportunidade da convocação dessa audiência para que possamos mostrar um pouco do processo de regulação e o mercado de agrotóxicos no Brasil.

Pode ir passando, por favor.

Para iniciar o debate, aí temos agrotóxicos. Por que devemos regular os agrotóxicos. Como o tempo é curto, não vou entrar em muitos detalhes nessas coisas.

Próximo, por favor.

Então, o art. 2º da Lei nº 7.802, de 89, que é a Lei de Agrotóxicos, considera:

I - agrotóxicos e afins:

a) os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da



fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos;

Próximo, por favor.

A Constituição Federal traz também a questão da saúde como dever do Estado, e expressa bem no seu art. 196:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Próximo.

A Constituição Federal, no seu art. 200, estabelece:

Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

(...)

II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

(...)

VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

Pode passar, por favor.

E a Anvisa? A Lei nº 7.802, de 89, em seu art. 3º, estabelece qual é o papel da Anvisa na regulação dos agrotóxicos.

Os agrotóxicos, seus componentes e afins deverão ser registrados de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura.

No caso do setor de saúde, a responsabilidade fica clara pela Anvisa, desde que a Anvisa foi criada. E o papel da Anvisa na regulação dos agrotóxicos está bem claro no decreto que regulamenta aquela lei, que, no seu art. 2º e seguintes, diz:



Cabe aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Saúde e do Meio Ambiente, no âmbito de suas respectivas áreas de competência, dentre outros:

I – estabelecer as diretrizes e exigências relativas a dados e informações a serem apresentados pelo requerente, para registro e reavaliação de registro de agrotóxicos, seus componentes e afins. (...)

IX – controlar, fiscalizar e inspecionar a produção, a importação e a exportação dos agrotóxicos, seus componentes e afins, bem como os respectivos estabelecimentos;

Então, aqui fica claro o papel dos órgãos e, especificamente no nosso caso, o papel da Anvisa na regulação dos agrotóxicos.

Próximo, por favor.

Aqui, só para a gente mostrar para os senhores como se processa a questão do registro de agrotóxicos no Brasil. Nós temos, nos três órgãos, a produção de dossiês relativos a cada área de responsabilidade. Temos o Ministério da Agricultura e Pecuária, que produz o dossiê agrônômico, que, em função das suas conclusões agrônômicas e, baseado nos dossiês toxicológicos da Anvisa e no dossiê ambiental do Ibama, concede ou não o registro de agrotóxico.

Então, para concessão do registro de agrotóxico, você tem de ouvir tanto a Anvisa, com as suas conclusões toxicológicas, quanto o Ibama, com as suas conclusões ambientais. E o resultado desse pleito poderá ser a restrição. Pode ter inclusive no seu registro alguma indicação de restrição ou exclusão de cultura e pode ir para comercialização, e todos esses dados da comercialização também serão avaliados no impacto desses produtos na saúde da população, o que poderá gerar ou não um processo de reavaliação. Inclusive temos hoje alguns ingredientes ativos em reavaliação que vamos colocar mais à frente.

Pode passar, por favor.

O papel da Anvisa na regulação de agrotóxicos é regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam riscos à saúde na sua área de competência. Propor, acompanhar e avaliar as atividades de monitoramento dos resíduos de agrotóxicos, componentes e afins, drogas veterinárias e outras substâncias tóxicas em alimentos.

Então, o papel da Anvisa não pode sair dessas atribuições, e nós temos uma preocupação muito grande em colocar que a Anvisa, ao produzir o seu dossiê de avaliação toxicológica, não fuja dessas questões que são estimuladas nas leis e decretos que regulamentam essa área.

Próximo, por favor.

E os aspectos sanitários da avaliação toxicológica para que chamamos a atenção são os seguintes: verificar a possibilidade de autorização de



registro de produto frente aos perigos para a saúde dos trabalhadores, frente ao perigo para a saúde dos consumidores e da população em geral.

Então, nós temos uma obrigação de ater a nossa ação exatamente sobre o impacto que determinado agrotóxico pode ter sobre a saúde humana. E as condições para proibição dos registros de agrotóxicos estão muito claras na Lei nº 7.802, de 1989, que diz que, quando não houver antídoto ou tratamento eficaz no Brasil para determinado agrotóxico, este não pode ser registrado. Quando revelarem características teratogênicas, carcinogênicas ou mutagênicas.

A lei e o decreto fazem referência a isso, e esses são pontos proibitivos do registro de um agrotóxico. Quando causarem distúrbios hormonais e danos ao aparelho reprodutor. Quando se revelarem mais perigosos para o homem do que em animais de laboratório e quando são mais tóxicos que outros registrados para a mesma finalidade.

Então, vejam bem os senhores a responsabilidade que a Anvisa tem. Quando ela analisa qualquer dossiê apresentado pelas empresas que buscam o registro de agrotóxicos e apresenta o dossiê toxicológico, nós temos de analisar essas questões.

Sendo teratogênico, carcinogênico ou mutagênico, causando distúrbio hormonal ou dano ao aparelho reprodutor, nós estamos impedidos por lei de conceder o registro. E, mesmo que não houvesse um impedimento por lei, não poderíamos, em hipótese alguma, permitir que um ingrediente ativo, que um agrotóxico que tenha qualquer característica agressiva à saúde humana... Temos por obrigação constitucional concluir que esse agrotóxico não pode ir para uso na agricultura brasileira.

E um tema que é muito contestado hoje é a toxicidade de alguns agrotóxicos com relação a outros que já existem no País. Ora, se já temos agrotóxicos com um nível de toxicidade registrado e em comércio, seria totalmente contraditório nós autorizarmos outros agrotóxicos, com as mesmas finalidades, para as mesmas culturas e com uma toxicidade diferente, com uma toxicidade muitas vezes muito mais agressiva do que aqueles que já estão no mercado.

Próximo, por favor.

Aqui, agora, Senador, eu queria só mostrar alguns resultados de uma pesquisa recente que fizemos, durante mais de um ano, com suporte do Prof. Victor Pelaez, que vai mostrar também alguns dados que estão fora disso.

Mostra o mercado brasileiro de agrotóxicos. Conforme vocês estão vendo aqui em baixo, de 2000 a 2010, o mercado mundial de agrotóxico teve um crescimento de 93%. No Brasil, esse crescimento em dez anos, chegou a 190%. E vamos vendo aqui que começou a haver um crescimento no Brasil, a partir de 2003/2004, e um crescimento totalmente diferente do crescimento que se vê no mundo.



Aqui, há várias explicações, e o Prof. Victor depois pode entrar em detalhes, se for o caso. Mas chama a atenção a diferença de crescimento do mercado. No mundo inteiro, cresceu 93% e, no Brasil, cresceu 190%.

São dados de uma pesquisa recente que produzimos, e convocamos todo o setor de agrotóxico e todas as entidades – inclusive há convites para setor de agricultura, comissão de agricultura do Senado e da Câmara – para conhecer essa pesquisa que apresentamos à Anvisa há cerca de três semanas.

Próximo, por favor.

Aqui começa um dado muito interessante: estimativas da participação mundial do Brasil e dos Estados Unidos no mercado mundial de agrotóxicos e de produtos formulados. Quer dizer, o mundo hoje, tirando Brasil e Estados Unidos, tem uma participação no mercado de 64%. O Brasil tem uma participação nesse mercado de 19%. Praticamente um quinto desse mercado é no Brasil. Nos Estados Unidos, são 17%.

Nós vamos mostrar hoje que o mercado americano é 10% menor que o mercado brasileiro, e as exigências para que se registre um produto nos Estados Unidos são muito maiores do que para um registro no Brasil.

Próximo, por favor.

Aqui, mostramos também, só para orientar, as vendas mundiais de agrotóxicos. Constatamos que as seis maiores indústrias hoje têm uma participação de 68% desse mercado. Se olharmos as 13 maiores do mundo têm 90% desse mercado, e as outras empresas todas têm 10% desse mercado.

Aqui é um dado interessante para vermos quem determina o uso desses agrotóxicos não só no País, mas no mundo inteiro. Quer dizer, as seis maiores empresas, 68%, e algumas bastantes significativas. Há uma que é... Em torno de um quinto de todo o mercado mundial está na mão apenas de uma empresa. Chamam a atenção esses números, e é alta a concentração das vendas de agrotóxicos. E 10% apenas ficam entre outras empresas. E aqui, a gente olhando, a maioria são empresas transnacionais.

Próximo, por favor.

Um dado interessante que constatamos. Hoje, coloca-se muito isso em vários debates públicos, entre parlamentares e entre as próprias empresas que produzem agrotóxicos. Coloca-se sempre a questão do registro, o prazo do registro, como o maior empecilho que temos para desenvolver e diminuir o custo de agrotóxicos e aumentar a concorrência. Este é um dado interessante: 50% de tudo o que é registrado no Brasil não são comercializados. Agora, desses 50% que não são comercializados, gasta-se tempo para registro, gasta-se tempo para análise. O Ibama tem de colocar seus técnicos para analisar; o Mapa coloca seus técnicos para analisar, a Anvisa coloca seus técnicos para analisar, e 50% deles não vão para o mercado. Em alguns casos, eles são concorrentes; em outros casos, não são concorrentes. Eu vou mostrar isso um pouco mais à frente. Mas esse é um dado que para nós chama a atenção. Houve uma pequena melhora de



dois anos para cá. Há dois anos, nós tínhamos 60% que não eram comercializados.

Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Só para não perder o gancho. Com a permissão, pela ordem, Presidente. Nesta Comissão, aprovamos exatamente um projeto para que a validade do certificado da Anvisa fosse de dois anos apenas.

O SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES SILVA – A validade do registro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ele não pode, depois de vencido o prazo, usar esse registro.

O SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES SILVA – Não, Senadora. O projeto é o seguinte. Eu vou mostrar mais para frente, porque, no Brasil, diferentemente da área de medicamentos, o registro de agrotóxicos vale *sine die*. O projeto de lei que foi aprovado aqui diz que, se em dois anos de aprovado o registro, não foi comercializado, está cancelado o registro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É isso aí.

O SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES SILVA – Exatamente. É ótimo. Isso para nós, para mostrar isso aqui é fantástico.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria exatamente destacar esse ponto.

O SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES SILVA – Exatamente, foi um projeto de lei da Senadora Kátia Abreu, uma das grandes defensoras disso e uma das críticas dos órgãos que registram, mas este é um dado importante. Chamo a atenção, porque estamos aqui com o pessoal do Mapa. Não sei se os colegas do Ibama estão, mas, para eles, o tempo para analisar esses 50% que não foram... Foi consumido o tempo. Se 100% estivessem no mercado, com certeza, o preço de agrotóxico poderia estar mais baixo e a concorrência maior. Com toda certeza.

Pode passar o próximo, por favor.

E aqui outro dado interessante. Mostramos aqui o número de empresas que não comercializaram produtos no segundo semestre de 2010 e no primeiro semestre de 2011. Nós pesquisamos 130 empresas, e 34 não informaram. Das que informaram, em 43 delas não houve comercialização alguma de agrotóxico, e agrotóxico registrado.

E as empresas que comercializaram foram 77. Quer dizer: olha de novo a expressão de empresas que não comercializaram os agrotóxicos após o registro desses agrotóxicos, e eles estando aptos a ir para o mercado. Isso é também um número considerável.

Pode passar, por favor.

E, aqui, eu vou dar um exemplo do que significa, muitas vezes... Aqui está em português e, na próxima lâmina, colocamos em inglês, porque é como está na página da empresa. Ela mostra as maiores unidades geradoras de caixa



da empresa e seus valores intangíveis. O Brasil, US\$297 milhões. Isso em função dos registros que ela tem na empresa.

É um valor importante?

É um valor importante. Vemos que 38% do valor da empresa correspondem aos registros de produto, e 16% do valor da empresa correspondem aos registros no Brasil. São 89 produtos registrados no Brasil, 41 comercializados no segundo semestre de 2010, e no primeiro semestre de 2011. Apenas 41. Agora, o valor desses registros para a empresa é um valor expressivo; vale 38% do valor da empresa. E mostra uma comparação: nos Estados Unidos, vale US\$178 milhões, comércio de sementes US\$70 milhões; na Holanda e no Reino Unido, US\$65 milhões; aqui, é um preço expressivo, US\$44 milhões; na Austrália, US\$42 milhões e, na França, US\$28 milhões...

Passa, por favor. O próximo.

Isso aqui nós colocamos, e não achamos inconveniente colocar, porque isso a empresa publica na sua pág. 79, sobre o perfil da empresa que eles colocaram. Isso está numa publicação disponível para o mundo inteiro, e isso nos chamou a atenção. Por isso, nós fomos ver o que significava isso. Quer dizer, 38% da empresa correspondem a registro e, desses registros, o maior valor da carteira de registros está no Brasil. E mais da metade não é produzido para ir para o mercado.

Próximo, por favor.

Aqui, outra questão interessante. Acho que isso aqui chama a atenção. Temos 130 empresas aptas a produzir. Os produtos informados são 2.426; em toneladas, são 936 mil toneladas; e vendas em 2010, US\$7,3 bilhões.

Esses são dados do Sindag (Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola); não são dados da Anvisa. A Anvisa não construiu esse dado. Nós pegamos na página do Sindag. Agora, chama atenção que 53% dos registrantes de agrotóxico possuem apenas escritórios. Não têm fábrica no Brasil, e o Victor vai mostrar aqui uma outra distorção: 90% de tudo o que é usado no Brasil vêm de importação.

Então, esse dado também... São três dados que julgamos importantes: 50% dos registros não são comercializados, não são colocados; 24% das empresas não produziram nada durante um ano, na última safra; e 53% dos registrantes de agrotóxico possuem apenas escritório. Não têm uma única fábrica no Brasil. São apenas importadores de produtos.

O próximo, por favor.

Aqui, para entrar na discussão sobre taxas e prazos de registro, na nossa pesquisa, também verificamos isso. Nos Estados Unidos, a taxa de registro de um ingrediente ativo vai de US\$1,1 mil a US\$630 mil. A manutenção desse registro é de US\$100 a US\$425 anuais, e qualquer reavaliação que seja necessária fazer custa US\$150 mil. E, nos Estados Unidos, o prazo de validade do registro é de 15 anos.



No Brasil, a taxa de registro vai de US\$51 a US\$1 mil; manutenção, não possui manutenção alguma; a reavaliação, quando necessária – está determinado por lei que tanto o Ibama quanto o Mapa e a Anvisa podem fazer a reavaliação quando houver algum fato concreto em relação às três áreas – também não custa nada para as empresas. Prazo de validade no Brasil é indeterminado. No Reino Unido, são dez anos.

Então, estamos trazendo esses dados aqui para mostrar o quanto esse projeto que a Senadora Ana Amélia citou aqui é importante para nós, para tirar um pouco isso e tirar a sobrecarga. Quer dizer, se hoje temos, nos três órgãos que vou mostrar...

Passa, por favor. O próximo.

Aqui, uma outra questão interessante é a capacidade ou garantia financeira que as empresas têm de fornecer. No Brasil, inexistente. Qualquer problema com agrotóxico que aconteça, a responsabilidade maior é do Estado brasileiro.

Nos Estados Unidos, na União Europeia, no Japão, na Índia, na Argentina e Paraguai, nossos parceiros do Mercosul, eles têm de ter um seguro ambiental obrigatório, ou então um fundo nacional de proteção fitossanitário. E nos outros países, temos os Estados Unidos em fase de regulação pela EPA (Agência de Proteção Ambiental) mecanismo de opção de segurança, garantia, carta de crédito, tudo isso é importante. Na unidade europeia, a capacidade..., em fase de implementação em vários países, é obrigatória na Bulgária, Eslováquia, Grécia, Hungria, Espanha, República Tcheca e Romênia. No Japão, é definido em nível local e regional; na Índia, contratação de seguro obrigatório e, na Argentina e Paraguai, nossos parceiros do Mercosul, já há também uma questão que exige capacidade financeira ou garantia financeira das empresas.

Não sei se esse é um dado que o Victor vai apresentar e se lá há um número expressivo de escritórios de registro sem nenhuma fábrica. No Brasil, é inexistente qualquer...

O SR. NEWTON LIMA – O Brasil é mesmo um paraíso para os agrotóxicos.

O SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES SILVA – É, para essas empresas eu não tenho dúvida. Para aquelas empresas que não têm nenhuma produção no Brasil. Deixar bem claro isso.

Pode passar, por favor.

Aqui, mostramos de novo... É uma discussão que estamos tendo no Brasil de forma muito decisiva. Até duas semanas atrás tivemos uma reunião no Ministério da Agricultura para tentarmos resolver algumas situações, mas o número de técnicos que temos disponíveis é isso. Na Anvisa, temos 21 técnicos. No Ibama, existem 16 técnicos; e, no Mapa, 7 técnicos.

Vejam bem que o Mapa é o órgão que tem de fazer a concessão do registro. Ele tem uma responsabilidade, talvez, maior do que o Ibama e... Quer



dizer, aqui temos 44 técnicos, e o número de técnicos de avaliação de agrotóxicos na agência americana é de 854 técnicos. Então, quer dizer, quando vamos avaliar a capacidade de atendimento à demanda, esses números muitas vezes não são avaliados, porque a lei estabelece um prazo e, pela força de trabalho disponível, pelos servidores disponíveis, não temos como fazer. E lá vimos que, além do mais, o custo para registro, nos Estados Unidos, por exemplo, é alto, e o prazo de concessão do registro pode chegar até a quatro anos, com esse número de técnicos que há aqui. Só para avaliação toxicológica, se não me engano, são 174 – só para avaliação toxicológica. E os nosso 21 aqui não são todos só para avaliação toxicológica.

Agora isto chama a atenção: quer dizer, o Mapa tem sete técnicos. O Rangel está aqui e ele pode até corrigir esse número, mas é isso. São sete técnicos no Ministério da Agricultura para fazer essa avaliação; no Ibama, 16; e na Anvisa, 21. A Anvisa está um pouco melhorzinha aqui por causa do concurso que nós fizemos em 2005, e entraram vários técnicos em 2005 e 2007 para fazer essa avaliação.

Então, vejam essa discrepância. É importante ressaltarmos sempre essa discrepância.

Pode passar, por favor.

Aqui, queremos mostrar rapidamente uma mudança que fizemos nos produtos técnicos de equivalentes, que o CTA (Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos) fez. Foi uma mudança que, na época em que a fizemos... Quero destacar que o CTA é um órgão cuja coordenação muda de ano em ano: neste ano está com a Anvisa, e no ano passado estava com o Mapa, e era o Rangel, que está aqui presente, o coordenador.

Essa mudança visava a quê? Pedia às empresas... Fizemos um contato... O CTA decidiu isso por unanimidade, e nós fizemos uma solicitação às empresas para que elas revissem os seus processos. Por quê? Porque tínhamos processos lá, conforme vou mostrar daqui a pouco que, quando chegavam para ser analisados, o nível de exigência era tão grande que algumas empresas iam demorar três anos para cumprir as exigências, mas ele estava na fila.

Depois dessa mudança – inclusive o CTA teve uma ação judicial contra ele, e o Rangel e o Luís Cláudio, os dois, tiveram que produzir a defesa disso –, nós vimos isso. Depois que nós tivemos... Isso produz técnicos na fila aguardando a análise conjunta Mapa/Ibama/Anvisa. A mudança que fizemos proporciona isso.

Sobre o prazo de adaptação: 188 pediram o prazo para adaptação. Aptos para avaliação com ingresso anterior ao ofício do CTA que pediu às empresas que fizessem essa correção, eram 96, e aptos para avaliação e ingresso posterior ao ofício do CTA nós tínhamos 94. Então, vejam o absurdo: 188 pedidos não estavam aptos para ser avaliados pelos três órgãos.

Passa, por favor.



Aqui, um dado chama bastante a atenção. Daqueles que nós mostramos, que estavam na fila e precisavam correção, três processos, três empresas pediram 785 dias para adaptar o seu projeto; três pediram 630 dias; outras três, 548. Quer dizer, essas nove pediram de dois a três anos para adaptação, e chama a atenção aqui. E 34 empresas pediram um ano para adaptação; 45 empresas, seis meses para adaptação.

O que isso significa?

Significa que ele entra na fila sem nenhum tipo de responsabilidade com a qualidade do processo pelo qual ele está entrando na fila. Ele entra na fila. Quando fazemos a exigência, quando os três órgãos faziam a exigência, eles ficavam três anos para cumprir as exigências; quando voltava, ele voltava para o lugar da fila onde estava antes. Detalhe: esses três anos que ele saiu contaram como se houvesse empecilho burocrático dos três órgãos. “Olha, o meu processo está lá há três anos, há cinco anos”, mas nesses três anos ele teve de completar o seu processo para avaliação. Então, essas questões aqui são interessantes para mostrarmos que alguma coisa também tem de ser feita aí.

Acho que o CTA está tendo uma conduta bastante profissional, bastante responsável e com uma responsabilidade social muito grande perante o País, para que nós demos preferência àqueles que estão aptos, e vamos mostrar como isso evoluiu de lá para cá.

Pode passar, por favor.

Aqui, estamos mostrando para V. Ex^a ver, Senador, como, em dez meses antes daquele ofício circular que nós colocamos, nós conseguimos conceder 60 registros; apenas seis meses depois, concedemos 50 registros. E a tendência é de que esse número aqui aumente. Por quê? Porque vamos ter processos limpos, todos completos. Está certo?

Nós não teremos de ficar convivendo com aquela expectativa de as empresas ficarem de três a quatro anos para cumprirem uma exigência, e esse prazo de três a quatro anos de cumprimento de exigência ficar contando como se isso fosse empecilho burocrático dos órgãos. Não estou dizendo que não temos de fazer nenhum tipo de revisão do nosso processo de registro, questão que inclusive está em curso e em discussão pelo próprio Governo, agora sob a coordenação do Ministério da Agricultura.

Próximo, por favor.

Aqui, só para mostrar os aspectos sanitários dos programas de monitoramento e pós-registro de agrotóxico. A reavaliação toxicológica. Por que há a reavaliação toxicológica? Sempre que houver avanço de conhecimento científico ou suspeita de carcinogenicidade, mutagenicidade, neurotoxicidade, desregulação endócrina sobre determinado produto; decisões internacionais de organismos internacionais de restrições ou banimento de produtos; e alerta de organizações internacionais.



Isso está na regra. Quando isso acontece, nós temos de fazer a reavaliação.

Quando isso acontece em relação à saúde, a Anvisa tem de fazer. Quando acontece em relação à questão agrícola, o Mapa faz. Quando a questão é ambiental, faz o Ibama.

Próximo, por favor.

Aqui, só para mostrar os ingredientes ativos, reavaliados desde 2002 até 2012. Em vermelho, mostramos que produtos foram reavaliados e que foram banidos. E esse banimento tem de ser decidido pelos três órgãos. Aí, o órgão que fez o relatório leva para discussão, e os três órgãos avaliam se pode ou não ou se faz alguma adaptação, ou se faz alguma indicação de retirada de cultura, de indicação de melhor aproveitamento daquele agrotóxico.

Em laranja, são dois que estão em consulta pública. No caso da Anvisa, quando fazemos a reavaliação toxicológica, nós colocamos em consulta pública e abrimos a possibilidade para as empresas que têm interesse nos ingredientes pedirem reuniões técnicas. Aí, é discussão técnica. Os técnicos da empresa com os técnicos da Anvisa para discutir os argumentos das empresas.

E aqui os verdes, de que fizemos a reavaliação e vimos que realmente podiam ser mantidos no mercado.

E sempre aparece uma acusação de que a Anvisa só faz depois que expira o prazo de patente, o que não é verdade. A maioria dos produtos não tem patente há muito tempo.

Então, pode passar, por favor.

Aqui, só para mostrar rapidamente como foi a última avaliação do programa de monitoramento de registro de agrotóxicos em alimentos, o Para (Programa de Avaliação de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos). Isso é até interessante, porque para nós ficou emblemática uma discussão que houve há três, quatro meses, sobre a questão do suco brasileiro no mercado americano.

Por regra, cada país pode determinar o nível de resíduo aceitável pela sua população, mas aquilo é importante para colocarmos. É emblemático? É.

Então, mostrar: total de amostras insatisfatórias, 28%; total de amostras satisfatórias, com resíduo, que tinha resíduo: 35%; e total de amostras sem resíduos: 37%.

E aí há várias situações. Há agrotóxicos que não são utilizados por uma cultura e que estão sendo utilizados em outra, e coisas dessa natureza.

Pode passar, por favor.

E as fiscalizações, só para mostrar para o senhor, para ver como estamos colocando: nós fiscalizamos 18 empresas em 24 unidades fabris. As principais irregularidades encontradas foram alterações não autorizadas de formulações, falta de controle de qualidade na produção de agrotóxicos, indicações de mistura sem autorização, reprocessamento de produtos vencidos,



sem garantia de qualidade e segurança para a saúde pública. Essas são as irregularidades que encontramos nas fiscalizações aprovadas pela Anvisa.

Pode passar, por favor.

Aqui, mostrar uma situação bastante interessante: a revista *Carta Capital*, de 23 de abril de 2012 trouxe essa matéria, mostrando Multinacional de Agrotóxico Altera Fórmula sem Autorização e Culpa Anvisa. Isso aqui é interessante, porque, quando iniciamos o processo de fiscalização, as empresas começaram a se preparar para a fiscalização da Anvisa, e simplesmente vazou nos *emails* internos para a imprensa que essa empresa, na expectativa de uma fiscalização da Anvisa, mudou as formulações para não ser pega pela fiscalização. A própria empresa disse isso, e isso aqui está na *Carta Capital*. Não houve desmentido da empresa, o que nos faz ver e nos faz crer que realmente isso aqui é verdade.

Pode mudar, por favor.

E a empresa é a Dow Química. Está aqui na revista *Carta Capital*.

Pode passar, por favor.

Então, essas são as considerações que nós queríamos colocar. E só para ressaltar uma questão final, Senador, que é a seguinte: passa-se muito a impressão de que a Anvisa tem um comportamento ideologicamente contra os agrotóxicos. Não é isso.

Nós achamos que, para o bem da agricultura brasileira, o agrotóxico pode ser bem utilizado. Se ele for bem utilizado, dentro das regras que os três órgãos do Governo autorizam a fazer, de acordo com a legislação que existe, ele pode ter um aproveitamento muito melhor, sem contaminar o meio ambiente e, principalmente, sem contaminar as pessoas. Então, nós não temos restrição alguma.

E eu até digo, digo para o senhor com muita tranquilidade que o agrotóxico é um mal necessário. O próprio nome diz: é um agrotóxico; é tóxico. Ao contrário de as pessoas acharem que ele tenha outra finalidade. Não!

Agora, bem utilizado, eu acho que entra uma discussão de outra natureza, discussão que muito fazemos, sobre a consequência de não utilizá-lo num país com a diversidade climática que tem o Brasil. Mas, dentro dessa diversidade climática, e com uma diversidade muito grande de cultura, onde são utilizados esses agrotóxicos, e aquele número imenso de agrotóxicos existe, eu acho que podemos caminhar no sentido de que a utilização de agrotóxico siga todas as regras que foram discutidas nesta Casa, que forem emanadas desta Casa, e que os órgãos que produzem os registros e fiscalizam têm de seguir.

Então, queria agradecer V. Exª por esta oportunidade e colocar-me à disposição para qualquer esclarecimento que, porventura, seja necessário.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. José Agenor.



Uma questão que todo o mundo gostaria de colocar é se esse alto índice de utilização do agrotóxico na produção de alimentos no Brasil compromete os nossos alimentos. A população pode ficar tranquila com relação a isso? Ou tem que se preocupar?

O SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES SILVA – A Professora Dr^a Anamaria Tambellini, essa pesquisadora brilhante, vai responder isso para o senhor daqui a pouco, de forma, eu diria, mais segura, e baseada em dados científicos, que, com certeza, vai apresentar a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Quer dizer que a Anvisa não tem a segurança, então?

O SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES SILVA – Tem. Nós temos essa segurança.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Então, estou perguntando.

O SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES SILVA – Não, eu estou colocando para o senhor que eu não queria somente antecipar uma questão importante que ela vai colocar, mas eu digo para o senhor o seguinte: o agrotóxico tem duas repercussões imediatas, e há casos que pegamos de uma reação aguda. Mas o principal que nós temos é o processo cumulativo que ele dá no organismo das pessoas. Se você continua sempre a utilizar, a se alimentar com culturas, com plantas que tenham a utilização de agrotóxicos acima dos limites autorizados, isso cumulativamente pode trazer consequência orgânica para as pessoas. Temos plena consciência disso e temos plena certeza.

Temos dados científicos que referendam isso. Nós não trabalhamos na base do achismo. Temos dados científicos que mostram que o agrotóxico, de acordo com sua utilização, se for mal utilizado e, mesmo em alguns casos, com a utilização correta, de acordo com o que preconizamos, pode trazer consequências danosas para nossa população.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Obrigado, Dr. José Agenor.

Passo a palavra agora ao Professor Victor Manoel Pelaez, do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná.

O SR. VICTOR MANOEL PELAEZ – Bom dia a todos. Bom dia, Senador.

Eu vou complementar aqui alguns dados em relação ao que o Agenor falou e que ajudam também a entender, digamos assim, a dinâmica e a pressão que existem sobre os órgãos reguladores no Brasil. E isso não acontece só no Brasil, não é exclusividade do Brasil; é no mundo inteiro.

Para isso, precisamos entender as estratégias de crescimento de concorrência dessas empresas, e como isso funciona.

Próximo, por favor.



Aqui, o que estou mostrando foi a estratégia de crescimento da Monsanto nos últimos dez anos, então na primeira década do ano 2000. A Monsanto desenvolveu – justamente foi a pioneira no seu desenvolvimento – sementes geneticamente modificadas, resistente ao principal produtos dela, que é o herbicida glifosato. A Monsanto, a partir daí, passou a adquirir empresas de sementes.

Então, tudo o que está em azul são empresas de sementes adquiridas ao redor do mundo, e ela se transformou na maior empresa de sementes do mundo. Então, hoje ela é muito mais uma empresa sementeira do que uma empresa de agrotóxicos.

Próximo, por favor.

Aqui, podemos ver, no caso da Bayer, que ela segue um padrão no qual a Monsanto foi pioneira, ou seja, nessa estratégia de crescimento, diversificando para o mercado de sementes. O que está em amarelo foram aquisições de empresas de agrotóxicos.

Próximo, por favor.

Aqui, no caso da Dow, nós podemos ver a mesma coisa, com um detalhe importante: isso que está hachurado são os mais recentes. São aquisições entre 2008 e 2010. Então, essa é uma estratégia de intensificação da diversificação no ramo de sementes.

Próximo, por favor.

A DuPont, a mesma coisa.

Então, esse é um padrão de crescimento que passa a existir nessa atividade industrial.

Próxima, por favor.

A Basf, muito menos. É interessante perceber. A Basf é a maior empresa química do mundo. Então, ela não tem, digamos assim, esse foco, ou essa intensificação do crescimento das demais.

Próximo, por favor.

Aqui, a Syngenta, esta, sim, a maior empresa de agrotóxicos do mundo, e especializada em dois ramos de atividade que são essencialmente complementares: sementes e agrotóxicos. Ou seja, elas estão produzindo insumos para a agricultura e, portanto, há uma complementaridade tecnológica e comercial. Por isso, a estratégia dessas empresas.

Então, vocês veem que há uma estratégia global de crescimento e de controle do mercado mundial no ramo de sementes e também no de agrotóxicos, como o Agenor já mostrou.

Próximo, por favor.

Então, pode ir colocando. Próximo.

Aqui, nós podemos ter ideia, ou seja, numa visão panorâmica, desse padrão de crescimento, ou seja, como o capital se mobiliza de uma indústria química para o ramo de sementes, onde há uma complementaridade intensa do



desenvolvimento tecnológico e obviamente na estratégia das vendas dessas empresas. E eu digo que justamente são empresas que, juntamente com as grandes *traders*, vão definir política agrícola alimentar nos vários países do mundo, porque eles trabalham focos – justamente são as grandes *commodities* agrícolas, com exceção da cana-de-açúcar, que é parcialmente alimentar. Mas, de fato, o foco delas são os grandes mercados consumidores de sementes e de insumos químicos.

Próximo, por favor.

Aqui também uma outra estratégia de crescimento e não de aquisição. É uma estratégia que antecede, que são os acordos que essas empresas – as seis maiores estão aqui – fazem com outras empresas. Para se ter uma ideia, juntamos agrotóxicos e sementes. Então, elas criam uma rede de relações, o que é muito estratégico no sentido de gerir o risco; ou seja, estabelecem cooperações, seja em pesquisas de desenvolvimento, seja uma produzindo para a outra, comercializando; quer dizer, numa lógica intensa de gerir esse risco inerente à atividade. Portanto, é uma estratégia muito bem articulada no sentido da criação dessas redes e que, na sequência, leva, por exemplo, à aquisição daquelas que são mais interessantes.

No caso do Brasil foi o que a Monsanto fez com duas empresas nacionais, a Alellyx e a CanaVialis, que inclusive eram financiadas com dinheiro público, do BNDES e, depois, foram adquiridas pela Monsanto. Então, isso faz parte da estratégia mundial do capital, de crescimento.

Próximo, por favor.

Então, podemos caracterizar esse mercado como uma estrutura, que é um oligopólio.

Próximo.

Tem um grau de concentração elevado, como nós vimos, em que 13 empresas controlam 90% desse mercado. As formas de concorrência se dão numa combinação de qualidade, no caso são as marcas, e de preços. E isso implica principalmente que a dinâmica de concorrência vai ser ditada principalmente pelas empresas líderes, que vão ter um grande investimento em pesquisa e desenvolvimento, que vão patentear produtos, diferenciar seus produtos pela qualidade e pela marca. E que isso se transforme em barreiras a entradas; quer dizer, são características estruturais.

Próxima, por favor.

Então, nós podemos simbolizar esse mercado com esse núcleo oligopolista. No caso, a Monsanto está ali em amarelo, porque é muito mais empresa de sementes, mas com grande capacidade neste mercado.

Próxima, por favor.

A Sumitomo, que tem grande capacidade de patenteamento, mas com uma capacidade financeira ainda não tão intensa nesse mercado.

Próxima.



E as empresas que estão nas franjas desse mercado, empresas que chamamos especializadas em produtos com patentes vencidas, o que seria, no caso, os chamados produtos equivalentes ou genéricos.

Próxima, por favor.

Uma empresa de destaque é justamente é justamente a Makhteshim Agan, no Brasil representada pela Milenia, e 51% das suas ações foram adquiridas pelo grupo chinês estatal ChemChina.

Próxima, por favor.

E, obviamente, nessas franjas de mercado onde a competição se dá cada vez mais pelos preços, as empresas chinesas são cada vez mais competitivas, e aí há uma política explícita também do governo chinês, de concentração dessa indústria. Na China, são duas mil empresas de agrotóxicos, uma coisa absurda, tanto que estão numa estratégia de concentração para ter essa competitividade em nível internacional, numa lógica de ganhar em economia de escala. Isso é fundamental.

Próximo, por favor.

Então, essa a característica; ou seja, há um núcleo oligopolista e há uma franja de mercado, onde a concorrência tende a predominar em preço. Não quer dizer que aquelas como Nufarm, como a Makhteshim Agan, como a Química 9FMC, a United Phosphorus, que é indiana, também têm uma estratégia de usar marcas, mas aqui o preço... Digamos que tem uma dinâmica mais intensa a concorrência por preços nesse mercado.

Outro aspecto importante é considerarmos o seguinte: nessa estratégia oligopolista, o núcleo de qualquer estrutura de mercado oligopolista tem uma dinâmica de que ele está preocupado muito mais em estabelecer barreiras à entrada do que concorrer entre os próprios membros desse núcleo. É onde aqui nós podemos ver a intensificação, muitas vezes, de cooperação entre as empresas. O que nós vimos no *slide* anterior, dos acordos.

E outra coisa que se pode observar nos registros de agrotóxicos é que, por exemplo, em 2010, para algumas dessas empresas aqui, 50% dos registros eram os chamados produtos clones.

O que é um clone?

Um clone é igual ou quase igual ao produto original de referência com uma marca diferenciada.

Qual é a estratégia, na realidade, dessas empresas?

É justamente poder negociar os seus produtos com outra marca para essas empresas aqui, de tal forma que essas empresas passam a ter uma dependência comercial das empresas desse núcleo. Ou seja, isso faz parte de qualquer dinâmica de estrutura oligopolista, ou seja, como gerir as franjas desse mercado, até porque essas empresas não podem expandir-se totalmente no mercado sob o risco de serem acionadas pela defesa da concorrência, por excesso de poder de mercado.



Próxima, por favor.

Bom, aqui podemos ter uma ideia, no Brasil, da participação do mercado nas vendas às empresas, não por valor, mas por quantidade. Então, podemos perceber aqui a importância da Syngenta, que vende 18% nesse mercado, depois a Monsanto; a Milenia aqui aparece numa outra posição. Essa diferença das posições está justamente ligada à agregação de valor de produtos; por isso, pode variar essa posição em relação ao valor.

Próxima, por favor.

Bom, então, nós temos aí barreiras à entrada importantes, que estão ligadas justamente à economia de escala, à economia de escopo, à marca. A capacidade de assistência técnica dessas empresas é muito importante, principalmente das maiores.

A capacidade de financiar o produtor rural, seja adquirindo como troca parte da produção desse agricultor, que é chamada de *barter*, ou avalizando esses produtores junto aos bancos públicos e privados. Então, as empresas pequenas não têm essa capacidade. Então, essa é uma característica de novo estrutural desse mercado. E, como havíamos indicado, justamente a complementaridade de ativos, ou seja, a possibilidade de fazer o que se chama de uma venda casada. Quer dizer, isso dá um grande poder de barganha para uma empresa, ou seja, ela está vendendo um pacote tecnológico e, portanto, muito mais competitividade. Obviamente que patentes, e os registros como foram mostrados, são ativos intangíveis importantes e que geram barreiras à entrada nesse mercado.

Próximo por favor.

Aqui, para a gente ter uma ideia do que é uma barreira à entrada.

Vejam o caso do relatório financeiro da Syngenta, que é a maior empresa de agrotóxicos, que vendeu, em 2010, US\$8,9 bilhões em nível mundial, investiu US\$550 milhões, e 6% dessa receita ela investiu em pesquisa e desenvolvimento – isso equivale, gente, ao superávit da balança comercial brasileira agora em março, não é pouca coisa, somos a sexta economia do mundo. Mas vejam aqui: o investimento em *marketing* é muito maior ainda, em *marketing* de distribuição. Então, percebam: a capacidade de investimento das empresas... São inerentes a isso barreiras à entrada significativas, e essas barreiras à entrada são muitíssimo mais importantes do que a atividade de registro que vai acontecer em qualquer país.

E mais do que isso: hoje há em torno de mil pedidos de registro na fila. Essa é a explicação por que... Mesmo que esses mil pedidos de registro fossem liberados hoje, esses produtos não entrariam necessariamente no mercado, essa é a questão fundamental. Isto explica em parte por que 50% dos produtos registrados não são comercializados, porque há barreiras à entrada nesse mercado. Não basta ter o registro, tem de ter canal de comercialização, tem de ter capacidade de financiamento, assistência técnica. Então, não há uma



relação direta entre a entrada de um registro no mercado e a sua comercialização. Então, a barreira à entrada deve ser muito relativizada nesse sentido, é uma das menores, é uma das menos significativas.

Outros aspectos estão ligados... O fato de um produto não ser comercializado... Isso pode ser decorrência de uma tecnologia que deixa de ser uma tecnologia eficiente, há outras que a substituem e vários registros então deixam de ser eficientes, ou seja, dos produtos em comparação a outros. Então, há vários aspectos que envolvem a não-comercialização de 50 produtos-registros, mas, com certeza, esse é um dos mais importantes.

Próximo por favor.

Este pode ser pulado.

Pode retirar a apresentação, por favor.

Para concluir.

A questão fundamental é que pensar em política regulatória é ir muito além da concessão de registros. Esse é um aspecto fundamental, principalmente se a gente considerar que os recursos de registro neste País são recursos extremamente escassos. Então, há que se ter uma política regulatória capaz de gerir esses recursos escassos.

E outro aspecto importante, que vive sendo objeto de polêmica e me parece que não faz sentido, é considerar que a lógica econômica e a saúde são antagonistas nesse processo. E o exemplo maior de que não são antagonistas é o caso do suco de laranja exportado para os Estados Unidos e que foi barrado por ter resíduos de um produto proibido lá, o carbendazim. Ou seja, mostra que saúde está ligada, sim, a uma dinâmica de mercado, a barreiras técnicas e comerciais que são cada vez mais impostas pelos grandes mercados consumidores do Brasil.

Então, não faz sentido dissociar economia de saúde. Quer dizer, essa é uma lógica, é uma estratégia comercial, isso mostra que a agricultura brasileira está integrada no mercado mundial. As especificidades que ela tenha têm de ser consideradas para isso, e o papel de qualquer órgão regulador, em qualquer área, é justamente o de provocar e estimular a inovação tecnológica, e é por isso que, obviamente, esse mercado também se concentra, porque são grandes empresas que têm capacidade de atender essas atividades inovadoras.

Então, não é simples reduzir a regulação a uma lógica simplesmente de autorizar, o mais rápido possível, o registro. Ou seja, há uma política, há uma combinação de política agrícola, econômica e saúde que é fundamental estabelecer, não se pode tratá-las isoladamente. Essa é a questão fundamental.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado ao Dr. Victor Manoel.

Eu passo a palavra agora ao Dr. Eduardo Daher, Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal – Andef.



O SR. EDUARDO DAHER – Eu queria agradecer e perguntar se eu não posso assistir à apresentação da pesquisadora Anamaria.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pode, claro, o senhor vai estar conosco aqui. É que o pedido dela foi para falar por último.

O SR. EDUARDO DAHER – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Vamos aqui atender a única senhora que está à Mesa. Por isso, o senhor pode iniciar a sua apresentação.

O SR. EDUARDO DAHER – Perfeito, muito obrigado, Senador Acir. Bom-dia a todos.

Eu quero agradecer o convite, ainda que tardio, do Requerimento nº 28. Eu vi que foi colocado o representante da Andef pela Senadora Ana Amélia, que não está mais presente; eu queria agradecer especialmente a ela por ter lembrado do nome da nossa instituição.

Sinto-me confortável aqui, perante os órgãos reguladores, numa semana de vigilância sanitária, embora não seja essa a minha especialidade. Eu queria também explicar ao público presente que, em 48 horas, não foi possível fazer uma apresentação tão bem elaborada quanto a do Professor Víctor, a que eu já tinha tido a oportunidade de assistir e, seguramente, como a da professora Anamaria, que eu vou ter a condição de assistir.

Exatamente porque é uma semana de vigilância sanitária e como eu não entendo do assunto, eu tomei a liberdade de trazer à tela a agricultura brasileira. Parece-me que o objetivo de todos nós seja... O fim do mercado é a produção agrícola e o produtor rural brasileiro sobretudo.

Então, o meu foco são pouquíssimos eslaides. Ainda que não tenham sido elaborados com foco na vigilância sanitária, vão mostrar o que o nosso segmento tem feito. E vou repetir, talvez seja redundante, que nós estamos falando aqui de 26% do PIB, 36% das exportações e de 40 milhões de empregos diretos da agropecuária brasileira. Efetivamente, nosso foco é vegetal, não é animal.

Eu vou pedir, então, o primeiro eslaide. Por favor.

Essa é a evolução, de 1992/1993 até este ano, da área plantada no Brasil. Ou seja, a área plantada no Brasil teve, nesse período, um crescimento da ordem de 20%.

Você pode dar mais um clique?

Vocês vão ver que a área plantada subiu nesse período algo como 20 e poucos por cento.

Pode dar mais um clique.

E nós, se tivéssemos permanecido com a mesma produtividade da década de 90, teríamos de ter incorporado 75 milhões de hectares para a produção agrícola brasileira. Esta me parece ser a melhor fotografia da evolução da produtividade agrícola brasileira.



Evidentemente que há vários fatores que levaram a isso, Senador. Vou relembrar aqui quem acabou de fazer 39 anos, que foi a nossa querida Embrapa; eu vou relembrar aqui o crédito rural, que é um grande promotor do avanço da agropecuária brasileira; eu vou lembrar os órgãos reguladores, tanto o Ibama como a Anvisa e o Mapa, trazendo tecnologia e regras ao mercado; e vou lembrar também a força da agricultura brasileira, que conseguiu produzir cada vez mais sem avançar na mesma proporção.

Aí temos um pinga de decepção porque, se o crescimento da área plantada foi de 21%, o crescimento da produção agrícola foi de 230, o Dr. Agenor mostrou que as nossas vendas só cresceram 130% ou 140%. Nós deveríamos ter crescido na mesma proporção.

Pode clicar.

De qualquer forma, eu coloquei aqui os dados em milhões de dólares, e aqui nós estamos já com números de 2011, em torno de US\$8,4 bilhões, que também representam a evolução da incorporação de insumos agrícolas. Se eu colocasse aqui a reta da venda de fertilizantes, ela estaria absolutamente conectada com o aumento da produtividade, de sementes melhoradas, de calcário e de tecnologia em geral. Então, boa parte da explicação da agricultura sustentável e da área poupada tem muito a ver, sim, com a nossa indústria e com a adoção de tecnologia para isso.

Próximo por favor.

Quero relembrar o plantio direto.

Alguém aqui... Estou me sentindo um pregador no deserto, não estou vendo nenhum dos colegas Senadores do Paraná ou do Rio Grande do Sul.

Queria relembrar o que era erosão da década de 70 e 80 no Brasil. Nós ficávamos adubando a Argentina constantemente, durante séculos, através do processo de erosão. Todos aqui lembram do arado, da grade. Isso é uma coisa que faz parte de um folclore da agronomia, mas foi desaparecendo e se incorporou o plantio direto. O que é plantio direto? O plantio direto na palha significa plantar sem erodir o solo, sem passar mais arados e grades, plantando diretamente sobre a palhada. Isso, curiosamente, tem a ver com a adoção de herbicidas no Brasil, que eu chamo de defensivos agrícolas, mas aceito o termo legal "agrotóxico", "pesticida", "veneno", o que vocês quiserem. É uma questão semântica, mas os herbicidas propiciaram o plantio direto. O plantio direto é, reconhecidamente, uma das técnicas que ajudou a prevenir o processo de erosão e que deu ao Brasil um salto de produtividade também, e ele depende da utilização dos nossos insumos.

Próximo.

Aqui eu faria uma homenagem ao Senador Blairo Maggi. Essa fazenda é a fazenda Filadélfia, do Eraí Maggi. Essa foto é conhecida de todos os senhores, ela foi tirada no final da década de 90, início dos anos 2000. Ela tem aqui 37 colheitadeiras em linha. Àqueles que não são versados em agricultura:



aqui se colhe soja e atrás se planta milho. E o Brasil tem o predicação – e aí eu volto à apresentação do Dr. Agenor, do Victor Pelaez e de todos os colegas aqui que militam na área do agronegócio –, o Brasil, por ser um país tropical, tem a capacidade de fazer duas safras por ano. Em sistemas de irrigação, fazemos até três e, se formos para culturas de ciclo curto, como a do rabanete, fazemos a cada três semanas produções de rabanete. Então, isso depende do ciclo, e eu quero colocar que o plantio direto foi uma das técnicas que, incorporadas através da utilização de defensivos agrícolas, aumentou dramaticamente a produtividade e, consequentemente, a venda de herbicidas, o que faz parte das apresentações anteriormente feitas, sobretudo glifosato e sobretudo Monsanto e sementes de alteração transgênica.

Próximo.

Este é um número que nos orgulha muito, o da incorporação da técnica de plantio direto: o Brasil chegou a 33,504 milhões de hectares, e é, de longe, o país que tem a maior área de plantio direto. Aqueles que conhecem o mercado internacional sabem que isso é chamado de *no-tillage* ou *direct drill*. Os Estados Unidos ficaram aquém de nós, o Canadá também, mas todas as agriculturas temperadas e sobretudo a dos países da América Latina, hoje todos adotaram o plantio direto. É uma opção da sociedade voltarmos a erodir o solo e não usarmos mais herbicidas para dessecação e fazer essa palhada que a gente conhece. Então, o Brasil é líder incontestado na área de plantio direto e, consequentemente, será líder incontestado na utilização de produtos que levam a essa prática.

Próximo por favor.

Eu acho que esse é um quadro emblemático. Aqueles que têm dúvidas acerca da contribuição das várias indústrias de insumos modernos, sobretudo daquela que eu represento – dirijo-me aos colegas que estão aqui, sejam da Anvisa, do Ibama ou do Ministério da Agricultura –, deveriam se orgulhar muito ao saber que, descontada a inflação, desde 1975 até hoje, o valor da cesta básica deflacionada caiu pela metade.

Isso significa dizer que, independentemente de serem nacionais ou multinacionais, de terem especialidades químicas ou genéricas, de serem pequenas, médias ou grandes propriedades, nacionais ou estrangeiras, todos os esforços do agronegócio brasileiro e da agricultura brasileira trouxeram o valor da cesta básica, que é sobretudo consumida pelas classes C e D, mas também por todos nós que estamos aqui, à metade do valor que custava anteriormente. Essa é, de longe, uma contribuição da qual todos nós devemos nos orgulhar de ter dado, e eu mantenho o *slide* básico da Embrapa, que apresentou isso em seu fórum de inovação no ano passado.

Próximo.

Essa é a revista *Veja* mais recente. Eu não trouxe outras revistas *Veja* porque sei que ela não é apreciada por todos, mas, se nós clicarmos – por



favor, pode fazer um clique –, nós vamos ver que ela traz uma matéria sobre a vida mais longa e fala da importância da revolução verde.

Aqui eu destaco um salto na expectativa de vida. Eu me recordo que o meu avô chegou aos 60 e poucos anos, mas isso não vai se repetir constantemente. Nós estamos vendo que está havendo um aumento da longevidade não só no Brasil, mas na comunidade internacional como um todo, e eu trago essa informação porque aqui, curiosamente, o Prêmio Nobel da Paz Norman Bourlaug, representando a revolução verde, cita nominalmente fertilizantes e defensivos agrícolas, e eu trago isso ao conhecimento de todos. Muitos leram, muitos podem não concordar, muitos podem até preferir que a gente não tivesse a extensão da nossa expectativa de vida.

Pode clicar.

Para não ficar na informação da imprensa: o próprio IBGE mostra que, em 1980, a idade média era 62 anos, vai a 73 – clique mais uma vez –, e estão projetados para 2030 78 anos de expectativa de vida. Acho que esse também é um número importante e eu o estou incorporando para todos nós, independentemente da apresentação da Drª Anamaria, e, de certa forma, ratificando a sua preocupação. Será que nós devemos continuar nos alimentando ou devemos ter preocupação com isso?

Por favor.

Esse é um quadro que eu uso. Neste momento eu queria destacar... Não quero fazer confronto, quero abrir condições de debate. Aqui eu estou falando de novos produtos químicos, novos ingredientes ativos – dados compilados da própria Anvisa de 2011, como é que foi em 2008, como é que foi em 2009, 2010, 2011 e 2012. Evidentemente que eu não tenho condições de antever o futuro e também não estou falando aqui dos genéricos, dos biodefensivos, de tudo aquilo que tem sido largamente aprovado e caminhado, mas nós também sabemos que nós vamos ter *fade out* de alguns produtos.

Pode clicar novamente.

Em 2013 nós sabemos que, por processo que é absolutamente legal, de revisão de todos os nossos produtos, saem produtos do mercado.

Próximo.

Para terminar. Eu já estive nesta Casa, a esta mesa, junto com o Luiz Cláudio, que está lá no fundo, e eu volto a apresentar este dado aos senhores, que foi elaborado pela Kleffmann Group, que é um grupo internacional de origem alemã.

Ele mostra o volume gasto em dólares para se produzir alimento de defensivos. Estou falando especificamente daquele mercado regulado, cujos reguladores estão aqui presentes – o professor Víctor Pelaez está aqui. Efetivamente, quem tem... Eu confio muito pouco na estatística chinesa, mas na China a propriedade média tem 1,5 hectare e lá se usa US\$1,31 de agroquímicos para se produzir uma tonelada de alimento. Na Rússia, US\$2,12, e esse número



tem crescido aceleradamente. E a Rússia, quero lembrar, passa seis meses embaixo de neve num rigoroso inverno, o que tem sido uma grande dívida aos países de clima temperado no sentido de utilizar menos agroquímicos, pelo impacto do frio e da neve. E o Brasil aparece aqui com US\$7,39 para cada tonelada de alimento produzido. Isso é menos do que o mercado americano, embora reconhecidamente – o Agenor é absolutamente claro e o Víctor também – o mercado brasileiro consuma mais do que o mercado americano – e eu vou dar mais alguns elementos sobre isso –, menos do que os irmãos argentinos – já na ordem de 20%; 30% ou mais –, 1/3 do que o mercado europeu gasta, do que o mercado francês, e 1/10 em relação aos japoneses.

Eu peço um último clique.

Eu queria traduzir essa escada.

Pode dar o primeiro clique.

No Japão, com US\$100 e investimentos em defensivos agrícolas, você faz uma tonelada de alimento, basicamente arroz. É movida a proteção química, é a única cultura, é altamente subsidiada... O Japão tem as maiores proteções alimentares conhecidas, por razões óbvias, e esse é o nível dele.

No caso da Europa, especificamente da França, para cada US\$100, são produzidas 4 toneladas de alimento. E eu, como brasileiro, fico extremamente feliz em saber que, a cada US\$100 no Brasil, você consegue converter esses dólares gastos em defensivos em 13 toneladas de alimento. Isso nos traz a obrigação de incorporar o papel de ser celeiro do mundo, alimentar a população, através daquele preço de cesta básica que eu coloquei e, efetivamente, exportando e pagando a conta.

Eu quero fazer só três comentários para encerrar a minha fala e, a partir daí, só ouvir.

Eu não queria que ninguém nesta sala esquecesse que nós estamos falando do Brasil, que tem clima tropical e que faz duas safras por ano e que, conseqüentemente, usa mais defensivos agrícolas do que outros países que não têm essa possibilidade. Se nós temos o bônus de produzir mais na mesma área, nós temos o ônus de ter de utilizar defensivos para o controle de pragas, doenças e ervas daninhas.

Eu queria também lembrar que o Brasil, e não foi pela mão da indústria, infelizmente, em 2006, teve, via Paraguai, a entrada da ferrugem asiática. A ferrugem asiática, no ano que passou, fez com que fossem consumido no País – esse é um dado importante, Víctor – US\$2,3 bilhões em fungicidas para o combate da ferrugem asiática.

Esta também é uma opção soberana: se nós não quisermos mais ter soja, não quisermos mais o complexo soja, se não quisermos mais ter fungicidas, a própria ferrugem asiática se incumbirá de liquidar com a produção agrícola brasileira. Coloco isso porque, nos climas temperados, infelizmente, não chegou.



Os Estados Unidos têm 1% de contaminação, a Argentina está tendo agora. O país tropical, volto a insistir, tem esse problema.

Então, quando nos comparam com o mercado americano... Há uma pequena diferença neste momento, de somente US\$2,3 bilhões de fungicida. Eu coloco isso porque eu escuto na imprensa e vejo algumas vezes palavras como “uso abusivo”, “uso indiscriminado”, como se o produtor rural brasileiro, qualquer que fosse o tamanho dele, fosse um indivíduo não-racional que não cuida dos seus recursos, que rasga dinheiro, que aplica defensivo porque quer, não porque precisa. Então, em defesa do agropecuarista brasileiro, eu lembro que defensivo funciona como uma obrigação de uso para prevenir pragas, doenças e ervas daninhas.

Concentração, fusão e aquisição é uma realidade dos mercados de escala, de largo investimento. Um novo ingrediente ativo entra no mundo depois do investimento de US\$250 milhões a US\$260 milhões. Não é um jogo para amadores, é um jogo para profissionais. Falo de fusões e aquisições, Víctor, porque me preocupa a concentração da cerveja no Brasil. Eu tenho medo de a gente sair daqui chateado com a AmBev. Eu tenho mais medo ainda de a gente ficar revoltado com o mercado de varejo do Brasil. Quando Casas Bahia e Ponto Frio foram comprados pela rede Pão de Açúcar, isso também me pareceu concentração, sem falar dos bancos.

Concentração econômica é um fenômeno que acontece em todos os países do mundo, é uma tendência que se aprofunda quando existe custo Brasil e é uma tendência que ainda vejo com muito mais clareza no sentido de tentar buscar a economia de escala e de barateamento de produtos.

Uma discordância da fala do colega e amigo Agenor: quem determina a procura não são as empresas; é o produtor rural brasileiro. Ainda que a gente possa falar em defesa de qualquer outra coisa, ainda que existam campanhas contrárias à nossa indústria, curiosamente, no ano passado, ela mais uma vez teve recorde de faturamento. Alguma coisa faz com que o produtor, de forma insensata, pouco inteligente, compre insumos agropecuários. O que determina valores no mercado é oferta e procura, e isso vale também para registro. Se o registro tem valor e aparece como *intangible asset* nos balanços, é porque nós estamos com restrições, com um problema de oferta e demanda; temos uma burocracia, temos um jogo de importação *versus* custo Brasil, que está fazendo com que os registros tenham uma valoração maior do que aquela que deveria ter realmente.

Concordo plenamente com a apresentação do Victor e concordo também, e fortemente, com a demanda que é colocada nesta Casa, pela segunda vez, pelo Agenor: com esse número de técnicos, nós não vamos a lugar nenhum. Se o Brasil pretende ocupar o cenário internacional de produção de alimentos, nós precisamos estar mais capacitados e mais colocados frente à necessidade das nossas agências reguladoras.



Agradeço ao Victor. Eu estava mais perto dos *slides* e vi as fontes. Proponho que a gente troque as apresentações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Eduardo.

Resumindo em partes, o aumento do uso de agrotóxico no Brasil está ligado diretamente ao aumento da produtividade brasileira. Esse é o ponto que realmente a gente tem acompanhado e debatido aqui nesta comissão.

Passo a palavra, agora, à Profª Drª Anamaria Tambellini.

A SRª ANAMARIA TESTA TAMBELLINI – Bom dia.

É muito salutar estar aqui com vocês e aprender uma porção de coisas, principalmente como funciona esta Casa, que é o lugar onde estão os cidadãos que nós, politicamente, escolhemos para nos representar.

Eu vou falar de coisas um pouco diferente das que foram faladas até agora. Eu não vou falar de comércio, eu não falar só de substâncias; eu vou falar de processos de saúde e doença. Na verdade, eu vou falar de processos de vida.

A vida cria normatividades para doença e para a saúde. E é assim que nós vivemos: nós vivemos períodos em que nós nos sentimos muito bem, cumprimos o nosso papel social, estamos satisfeitos conosco; chamamos isso de saúde. E a gente vive períodos em que não temos capacidade para trabalhar, temos dores, não cumprimos as nossas funções sociais, estamos infelizes; chamamos isso de doença. Então, essas dimensões da vida significam experiências diferentes, experiências de vida.

A doença, vista pelo doente e pelo clínico, é uma experiência crítica que interrompe o processo normal de uma vida. Mas, depois de um determinado momento, a gente começou a ver essas coisas como um objeto da ciência. Então, a experiência individual é uma experiência subjetiva da doença, da dor, em que a ciência não consegue penetrar muito. A minha dor é diferente da sua, a sua doença é diferente da minha. Essa particularidade, esse nível não sei. Mas a ciência pode, sim, transformar esse processo num objeto, e ele vira um objeto da ciência.

É sobre isso que nós vamos falar um pouco hoje, mas sem esquecer a dimensão da vida, que é a dimensão da experiência. Quando falo da doença como experiência, tem de ser um cientista, um indivíduo, um médico ou qualquer coisa assim para falar dela. Mas, em relação à outra dimensão, nós temos experiência de como é, vivendo a doença.

Hoje, para esse processo que se transforma em doença, nessa dor, de maneira geral, haveria dois tipos de explicações teóricas, que são resultado de muito trabalho, de muita pesquisa: ou ele é causado por uma exposição ou é consequência de um desequilíbrio. No caso da exposição, ela é sempre externa. É alguma coisa de fora que o indivíduo experimenta, cujo organismo não consegue assimilar, destruir ou fazer com que faça parte de si mesmo, transformando-se em



uma doença que poderá vir a matá-lo. Ou o próprio organismo, internamente, tem um desequilíbrio. Esse desequilíbrio é algo com o que indivíduo já pode ter nascido ou que é decorrência de outros agravos, inclusive produzidos por exposição externa, que alteram o organismo e o desequilibram. Isso também é uma doença.

Essas doenças podem ser abruptas, agudas ou crônicas, que são processos larvados ou visíveis. Por exemplo, uma pessoa tem tuberculose e ela se torna crônica. Mas uma pessoa pode ter uma doença – por exemplo, um câncer – e demorar muito tempo para ficar sabendo que está doente, porque os avanços da ciência não permitem que se conheça antes a doença. Em alguns casos, não se sabe identificar os determinantes ou o complexo de determinantes, sendo, na verdade, é um processo larvado que só irá aparecer quando começar a se exteriorizar. No caso dos agudos, não. Vê-se logo, como, por exemplo, uma intoxicação.

Eu vou começar a puxar as coisas para o campo que nos interessa, que é relação saúde/consumo de agrotóxico. Não estou falando de indústria, de nada disso. Estou falando de consumo, de tudo isso que foi falado aqui e que chega até a gente, que somos animais e fazemos parte da vida. Nesse sentido, todos os agrotóxicos são biocidas; eles foram criados para matar determinados organismos que fazem mal ou que causam incômodos à produção de plantas na agricultura, mas eles matam. Preferentemente, a gente gostaria que eles só matassem aqueles que incomodam, mas, infelizmente, a gente não tem esse controle completo.

E eles matam outros também. Por exemplo, os casos registrados no Brasil de efeitos de agrotóxicos referem-se principalmente a suicídios ou a indivíduos que se expuseram intensamente ao realizar trabalho com agrotóxicos.

As substâncias usadas não são usadas nisso tudo. Elas podem ser usadas, por exemplo, pela saúde, que usa determinados tipos de pesticidas para acabar com vetores de doenças. Feliz ou infelizmente – porque é um alerta – a gente vê isso na dengue; a gente não consegue acabar com os mosquitinhos que transmitem a dengue, porque eles têm uma repetição muito grande. Há uma razão de ser: eles não são malvados; eles são importantes para a manutenção do equilíbrio do ecossistema, que é quem nos fornece as matérias-primas para a agricultura, para tudo, para a nossa vida. Nós tiramos da natureza, dos sistemas ecológicos, aquelas coisas com que nós trabalhamos, do ponto de vista do processo de trabalho, para transformar em alimentos, em roupa, no que seja, e, quando nós fazemos isso, nós mudamos o ambiente. Estou entrando em outra questão. Ou seja, que existe uma relação e que essa relação não é exclusiva do agrotóxico. É uma maneira de a saúde pensar. Estou vendo o processo de saúde do doente como objeto. Então, não estou vendo a doença do fulano e do sicrano, mas como um coletivo entre a produção, o ambiente e a saúde, de tal maneira que, sempre que se faz uma produção e que se penetra a natureza e a



transforma, tem-se um impacto sobre a natureza, sobre o meio ambiente. O impacto é sempre uma mudança que foi causada, e essa mudança pode ocasionar alguns problemas para as pessoas que convivem com o ambiente que podem ser problemas de saúde. Por outro lado, quando a produção de agrotóxicos se realiza, dependendo do que nela se usa – não só dos objetos, mas dos instrumentos e dos meios de produção –, pode, de certa maneira, expor quem trabalha nessa produção a determinados agravos na saúde.

Vou voltar para a questão dos agrotóxicos. Toda vez que se produzem agrotóxicos, a substância – e quem produz isso sabe, você sabe, nós todos sabemos –, os trabalhadores que fazem essa produção têm de ser protegidos, porque, se eles forem expostos a essas substâncias que são usadas na formulação dos agrotóxicos, podem ficar doente e virem a falecer, dependendo da intensidade da exposição.

Isso já é um aviso, mas há leis para isso e estudos científicos afirmando que as pessoas não são indenes a essas substâncias. Elas são feitas para matar o bichinho que incomoda a produção agrícola, mas elas matam os trabalhadores que a produzem se eles não estiverem protegidos. Mas não só esses trabalhadores. O uso dos agrotóxicos pode ser feito de várias maneiras. A gente sabe também que as pessoas que irão usar esses agrotóxicos na agricultura têm de ser protegidas, porque eles podem causar exposições não adequadas para a vida saudável desses trabalhadores. Uma das formas de usar agrotóxico na lavoura é jogando-o de avião e, assim, a coisa fica complicada, porque se pode atingir os trabalhadores. Eles deveriam saber – mas, no Brasil, a maioria não sabe – que aquilo faz mal. Inclusive o piloto do aviãozinho – meu irmão já fez isso, e eu vi o que aconteceu com ele – pode ficar doente. Mas, quando eles jogam, dependendo da quantidade e da forma como é feito esse voo, contaminam áreas residenciais e pessoas que nada têm a ver com isso.

Então, a gente sabe que é perigoso e que tem de haver controles. Isso não significa que não deva ser usado, porque há o problema alimentar, principalmente de populações vulneráveis e desprotegidas que precisam de alimentação para sobreviver. O Brasil passou por um período em que isso foi uma coisa muito importante, mas essa coisa não pode ser desmedida.

Existe uma coisa em saúde que se chama vigilância, e a vigilância tem dois sentidos: um sentido coercitivo, que é uma vigilância aversiva ao outro, que é baseada na coerção, na repressão e pela qual, por meio uma autoridade competente – que pode ser competente –, o Estado proíbe determinadas coisas que possam lesar os seus cidadãos. Mas há uma vigilância, que é a vigilância em saúde principalmente, que é do bem querer, do afeto; que é o zelo, o cuidado. Quem trabalha em saúde tem de ter cuidado com as pessoas, tem de ter cuidado com as coisas e com a relação das pessoas com as coisas. Essa vigilância tem de ser de projetos coletivos que leve a consenso. Isso faz parte da saúde também.



Então, na verdade, o que eu queria colocar sobre os chamados agrotóxicos é: se eles levam ao aumento da produção, se eles aumentam o nível possível de alimentação para aplacar a fome de grande parte das pessoas, eles também podem causar muitos problemas.

Às vezes pergunta-se: por que uma vigilância sobre agrotóxicos? Por que a saúde se mete com isso? Ela tem de se meter com isso, e a função da vigilância sanitária em relação ao agrotóxico é a de não deixar registrar produtos que possam fazer mal.

A Anvisa não vai fazer pesquisas sobre os produtos; para isso, ela usa uma grande literatura internacional. Não estou aqui dizendo que é para não se usar agrotóxicos, mas não se podem usar todos e não se pode usá-los de maneira desconsiderada. Isso significa que se tem de ensinar quem vai usar que deve usar equipamento de produção, que não pode usar muito e que, mesmo estabelecendo limites, esses limites não são seguros. Não há limite para câncer; para câncer não há limites de dose. Se o produto é cancerígeno – é por isso que eles têm de ser proibidos –, ele vai produzir câncer se o indivíduo for exposto uma vez a ele; há indivíduos que não, porque têm uma resistência diferente. As pessoas não são iguais, mas é uma porcentagem muito pequena de pessoas.

Você havia perguntado se há dados. Eu tenho aqui alguns, mas não irei falar de todos, porque são milhares de estudos no mundo inteiro.

A Abrasco produziu um dossiê que é um alerta sobre os impactos de agrotóxicos em saúde. Ele está no site da Abrasco, que chama www.abrasco.com.org.br. Independente das tomadas de posições políticas e ideológicas que existam neste documento, ele é um documento importante, porque foi feita uma pesquisa muito exaustiva e que continuará sendo feita.

Todos esses produtos de que nós estamos falando aqui podem produzir isso, e quem irá dizer se eles podem produzir isso e a quantidade que pode ser usada é a ciência, de um lado. Os órgãos reguladores assumem a ciência como um avaliador competente em relação à saúde.

Há outra coisa sobre os nossos agrotóxicos: na verdade, ele não mata só o bichinho; ele penetra nos alimentos, e esses alimentos, ao serem produzidos pela população, irão produzir problemas. Então, o agrotóxico produz vários tipos de situações de risco para as pessoas.

Há uma coisa que considero importante – eu teria uma série de coisas – é sobre uma experiência na Serra Gaúcha sobre a quantidade de agrotóxico, os tipos de agrotóxicos. A gente não tem controle. Lá, de 37 grupos químicos usados, 30% eram produtos irregulares; 3 eram proibidos; 32 estavam ausentes do Sia, e 17 não tinham nenhum registro. Ou seja, a comercialização está complicada. Não adianta só falar de produção; há alguma coisa errada nisso. Como há esse despautério?

A última coisa que queria dizer é que a gente não pode ficar tranqüilinho não. A curva de expectativa de vida é muito bonita. Eu gostaria que



ela fosse possível. Eu, felizmente, venho de uma família longeva, em que quase todos morrem com quase cem anos; então, a minha família não obedece a essa curva. Eu não estou fora da curva; eu possa sair e ser atropelada. O problema é que essas pessoas que estão hoje com essa expectativa de vida de 70 anos cresceram em outro tempo; foram criadas e alimentadas, quando crianças, num tempo em que os agrotóxicos não eram utilizados da maneira com que eles são usados agora. Eu não estou dizendo que é por causa dos agrotóxicos; é por causa de muitas outras coisas.

Nós já temos a expectativa de que essa expectativa de vida irá começar a diminuir. Estão ocorrendo tipos de cânceres em fases muito precoces da vida e alguns deles são muito rápidos, têm uma agressividade enorme e que só se descobrem quando o indivíduo já está todo tomado. Eu não sei se os agrotóxicos contribuem ou não para isso. Ninguém sabe ainda. Essa é a outra coisa de que eu queria falar. Existe uma área opaca do conhecimento, da realidade da vida, dessas relações que ainda não foram penetradas pela ciência. Ou porque não há método ou porque não há equipamento, não se pode penetrar nessas questões.

No fim das contas, eu peço respeito pela vida. Pelo respeito à vida, nós não podemos. Nós temos uma série de riscos que eles são visíveis e previsíveis ao conhecimento humano atual, mas há uma série de risco que são invisíveis e praticamente imprevisíveis do ponto de vista do conhecimento humano. Então, quando a gente começa com a inovação – todo mundo fala em inovação tecnológica, que parece ser uma maravilha –, na medida em que se começa a acelerar o uso de inovações tecnológicas e o transforma em instrumentos ou em produtos, a gente começa a ter outros riscos desconhecidos.

Não há tempo – e vocês viram o dado sobre quanto o indivíduo gasta em propaganda e quanto ele gasta em pesquisa – para se formular o conhecimento necessário para se saber se aquele produto irá ou não produzir doença ou morte nas pessoas. Existe uma coisa chamada princípio da precaução. Ninguém gosta dele, porque ele tem uma forma competente de ser usada, mas, de repente, há alguém que quer usar porque quer usar, porque acredita, porque tem medo. Mas não é assim que o princípio da precaução deve ser usado. Ele deve ser usado quando você já tem evidências – não comprovações – científicas de que ele possa estar envolvido na produção de determinados agravos à saúde.

Os maiores inimigos do princípio da precaução no mundo são os Estados Unidos e seus aliados. Eu já fui para vários acordos sobre a questão saúde e meio ambiente, e eles entram em bloco. A Europa inteira, a África inteira, a América Latina inteira, Estados Unidos, Japão, Austrália e outros penduricalhos, aí, sempre votam juntos contra, então, na verdade, eu queria terminar só dizendo que, por exemplo, eu sou uma pesquisadora, eu sou uma professora universitária. Para nós, é uma questão ética, é uma questão de dignidade profissional lutar para



que a gente possa realizar pesquisas, e não pesquisas só de laboratório, porque em laboratório você trabalha com bichinho. O que acontece com o homem é completamente diferente. Que a gente possa trabalhar esses produtos novos e fazer grupos de pesquisa com as pessoas que vão estar submetidas a essa exposição.

Isso não existe neste País. Então, a gente de fazer isso, nós temos de aumentar a capacidade de pesquisa em relação a essas substâncias que são chamadas de agrotóxicos. Se quiserem colocar como pesticidas, defensivos, para mim não interessa esse nome. A gente pode até discuti-los, o que significam, se significam uma posição ideológica que o indivíduo tem em relação a essa questão, para defendê-la ou atacá-la, mas isso não tem importância. Todos nós devemos ter... Existe posição ideológica, existe posição política e não vamos brincar que a ciência está imune a isso, porque quem tem dinheiro paga para cientista produzir um resultado específico. A gente viu isso com o fumo, a gente viu isso com o asbesto, e a gente sabe que acontece essa coisa.

Então, o que estamos querendo é que a gente possa pesquisar, que a gente possa avançar em laboratórios do SUS que possam fazer exames para comprovar intoxicações agudas ou crônicas com mais facilidade. Formação de recursos humanos, médicos e outros tipos, são necessários para essa coisa, e que a gente possa formar muitos recursos humanos para isso. Os médicos têm de aprender clínica toxicológica, os farmacêuticos têm de entender isso, e daí por diante.

Então, na verdade, o que eu mais queria dizer é que nós não temos uma posição fechada, nem quem escreveu esse dossiê. De vez em quando, podem alguns achar que eles são exagerados, mas nós temos muito receio do que nós estamos construindo para o nosso futuro, de alguns de nós que estamos aqui, a maioria, e o dos nossos filhos e netos. A gente não sabe dos efeitos teratogênicos que esses tipos de agrotóxicos e de alguns medicamentos que são comumente usados pela Medicina para, supostamente, controlar a possibilidade de doenças vão ocasionar nas pessoas, porque, se lesar o genezinho, lá, pode saber que, daqui a uma ou duas gerações, essa coisa vai aparecer.

Então, é só um chamamento. Eu acho importante que exista uma vigilância sanitária e que essa vigilância sanitária tenha maioria, tenha recursos, tenha laboratórios, tenha competência, que a normatização, que a regulação, a normatização legal fique muito clara a respeito disso, e que a gente deixe muito claro, também, o que a gente não sabe, por um lado.

Então, ela é muito importante, e que ela possa... Eu advogo uma vigilância do amor, do bem querer, do consenso, do coletivo, mas, se for preciso, que ela use a prerrogativa do Estado de exercer a coerção que lhe é devida como a entidade pela qual é possível nós existirmos num lugar chamado Brasil.

Então, o meu desejo é que nenhum de nós coma nenhuma coisa que tenha agrotóxico em quantidade diferente, que os nossos fazendeiros, e eu



também sou uma fazendeira, que a gente tenha a consciência de saber o que a gente está fazendo e não utilizar, e que as empresas produtoras de agrotóxicos refreiem um pouquinho essa ânsia pelo lucro, pela acumulação. A gente não vai fazer nada com isso, não vai ser bom para a felicidade de ninguém, e eu não sei como pode dormir sossegada uma pessoa que sabe – porque sabe – que pode estar condenando os outros à doença ou à morte. Então, eu acho até que isso deveria ser motivo para nós podermos abrir processo. Para político que rouba, deveríamos calcular quanto de dinheiro iria poupar quanta vida, se fosse usado na saúde, ou na educação. Então, tem de fazer um processo na vara cível. Não se pode fazer, mas é uma coisa assim:dever-se-ia fazer um processo e condená-lo por homicídio culposos, porque quando o cara rouba dinheiro do Estado, que precisa gastar em coisas importantes, num sistema de saúde, ele está matando gente.

O SR. NEWTON LIMA (PT – SP) – É doloso.

A SRª ANAMARIA TESTA TAMBELLINI – É doloso, sim. Não é culposos. Desculpe.

Então, eu tenho impressão de que acontece também com empresas. Com todos nós acontece; com as empresas, com donos de empresas. Não pode ficar no anonimato.

Sabemos, por exemplo, que uma empresa do Brasil, TKS/CSA, que estava no Rio, até tentou processar um colega nosso, porque disse que tinha problemas de poluição que afetavam a população em volta daquilo, mas ela foi. Ela vendeu a empresa, foi-se embora do Brasil e está condenada. Os seus diretores na Itália estão condenados – um deles a dez anos, outro de três a sete anos –, porque houve mortes na empresa, e eles foram considerados culpados, responsáveis, e estão comendo dez anos de cadeia.

Então, eu acho que temos de... Nós somos do Brasil mesmo. Adoro isso aqui, acho que somos muito mais tranquilos com algumas coisas, muito mais satisfeitos com a vida, mas há alguns exemplos que temos de acatar também, porque, no mundo lá fora, nós escolhemos um modelo de desenvolvimento em que amanhã nós seremos Japão, amanhã nós seremos Estados Unidos, amanhã nós seremos, quiçá, essa Europa conturbada e largada que está aí, porque o modelo determina como vamos viver.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Professora e Drª Anamaria, pelas suas explicações.

Eu consulto os nossos convidados. Vamos fazer o encerramento. Cada um com a palavra. Inicialmente, Dr. Agenor.

O SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA – Primeiro, Senador, queria agradecer a V. Exª pela oportunidade de trazer este tema aqui. Eu acho que a Mesa foi interessante e teve alguns dados e informações que complementaram.



Eu só queria fazer um comentário para o Daher. Temos uma relação muito boa na nossa convivência entre o setor regulado e o que regula. É o seguinte: a fala dele foi muito interessante, mas há dados que ele coloca, até de forma bastante irônica, como se fôssemos contrários à produção agrícola.

Isso nunca passou em nenhum tipo de posição da Anvisa, dos técnicos da Anvisa, dos técnicos que trabalham na área de toxicologia, que avaliam os processos que chegam lá. Nós nunca, absolutamente nunca, nunca, nos colocamos contra a produção agrícola.

Acho até que o Brasil hoje está entrando num patamar bastante importante e há dados aí que têm mostrado isso. Aquela velha máxima de que o Brasil é o celeiro do mundo cada vez mais parece que é verdade.

Agora, afirmamos que é nosso dever colocar a questão da utilização de agrotóxicos de forma irregular. Para isso, ele tem de ser regulado. Inclusive, estamos agora com um processo de regulação, de classificação toxicológica que estamos encerrando. Já fizemos consulta pública, vamos fazer audiência pública, e abrimos para toda a sociedade participar, inclusive as empresas. O que sempre colocamos, que é o nosso alerta, é para determinado tipo de agrotóxico que seja registrado, ou para determinado tipo de pressão que enfrentamos, pressão que sabemos que visa única e exclusivamente a interesse econômico, financeiro e comercial. Não tem nenhum interesse para outros segmentos. Só tem o interesse econômico, financeiro e comercial. E isso é a questão importante.

Outra questão que sempre nos batemos: por exemplo, quando colocamos ali o resultado do programa de análise de avaliação de risco que fazemos, de resíduos de agrotóxicos, o que colocamos é isso. Isso é para orientar o produtor. Nós já fizemos acordos com empresas, já fizemos acordos com a Associação Brasileira de Supermercados, de orientar o produtor, de orientar a cadeia produtiva dele, está certo? Tudo isso é importante. O que nós sempre ressaltamos e acho que isso é a posição tanto da agricultura quanto do mapa que está aqui presente é pelo uso irregular. E muitas vezes tal uso é irregular até induzido para ser irregular mesmo. O uso do agrotóxico.

Eu viajo para Minas Gerais, que é a minha região. Eu passo pelo norte de Minas e vejo plantações e plantações bonitas de soja. Eu passo lá e tem um avião colocando agrotóxico independentemente de atingir só aquela lavoura que está sendo borrifada. Aquilo vai atingir o pasto e o gado que estão ao lado. É sobre isso que estamos falando.

Se diretamente na cultura ele gera problema, conforme a professora Anamaria colocou e nós constatamos em algumas avaliações que fazemos, imaginem ele irregularmente colocado fora dos padrões autorizados pelas autoridades sanitárias – por exemplo – que avaliam todos os agrotóxicos segundo a ciência, as bases científicas.

Eu concordo com que ainda temos de evoluir tecnologicamente, cientificamente. O nosso próprio processo de reavaliação é isso. Há dez, doze



anos não tínhamos os instrumentos que temos agora. Hoje, há instrumentos mais eficazes. Então, não estamos dizendo aqui que vamos acabar com o agrotóxico.

Na minha região, no centro-oeste de Minas, onde nasci, lembro-me de que o meu sogro era fazendeiro, produzia arroz, feijão e milho e eu nunca o vi colocar um pouquinho de agrotóxico na plantação.

Hoje, com a expansão, pode ser que em algumas culturas seja necessário. Não deixo de reconhecer, Senador, essa questão. Temos diversidade climática? Temos. Mas é isso que a Ana disse. Ele é feito para matar. Então, existe uma linha tênue entre para aquilo que é destinado e o efeito na saúde da população.

Eu queria ressaltar isso, porque a apresentação do Daher foi interessante, boa, mostrou muito, mas ficou – no meu entendimento, Daher, desculpe-se se interpretei errado – meio irônico você achar que estamos aqui contra a produção agrícola. Não é isso em hipótese alguma.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado ao Sr. Agenor pela sua presença.

Passo a palavra ao Victor Manoel Pelaez.

O SR. VICTOR MANOEL PELAEZ – Bom, eu me refiro ao Eduardo. Ele apresentou uma transparência bem interessante, do *Kleffmann Group*, sobre o custo de agrotóxico por tonelada de alimento produzida. E seria importante ter as fontes de metodologia, se ele pudesse falar a respeito, porque são critérios de cientificidade fundamentais que a Andef preza.

Também uma pequena correção, aqui, em mercados oligopolizados. A definição de mercado oligopolizado é de que ele define as condições da oferta independentemente da demanda. Então, não há um equilíbrio entre oferta e demanda como nos manuais de microeconomia neoclássicos. Então, isso é pura ingenuidade ou alteração da realidade.

Para dar um exemplo típico, a indústria automobilística, que é uma indústria oligopolizada, é uma indústria que – se alguém se lembra que me diga – abaixou o preço dos automóveis em todas as crises econômicas que o Brasil viveu e havia uma crise de demanda. Então, essa é uma característica inerente ao oligopólio. Por isso as empresas investem tanto em marca.

Essa é uma lógica inerente à estrutura, que, obviamente, não é exclusiva da indústria de agrotóxicos e é predominante em grande parte das atividades industriais. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Victor.

Passo a palavra ao Dr. Eduardo Daher.

O SR. EDUARDO DAHER – Obrigado. Agradeço à Casa e ao Acir, mais uma vez. Agradeço aos Senadores.



Quero fazer duas colocações rápidas. A primeira é que efetivamente eu tive 48 horas de preparo para vir a uma Semana de Vigilância Sanitária. Não sou médico, mas sou filho de médico, casado com médica e genro de médico. Então, eu tenho um problema de “esmeraldite” em volta. Existe um cuidado médico muito grande.

E queria agradecer mais uma vez ao convite que a própria Anvisa e o Agenor fazem para eu estar presente. Não foi proposital. E, se sentirem assim, por favor, desconsiderem. Não procurei fazer picardia. Procurei apresentar os dados de agricultura, que são aqueles que estão disponíveis, até porque não vi agricultura aqui representada nesta Mesa, mas concordo com a preocupação que todos da sociedade temos. Quero tranquilizar a Profª Anamaria e quero convocar o Senado, porque eu e o Luiz Cláudio já fizemos isso, há quase um ano, quando estivemos aqui. Se o País se orgulha de ter a Embrapa como o máximo em termos de pesquisa agropecuária, o País esqueceu que, em 1990, nós acabamos com a Embrater, que era aquilo que provia a extensão rural no País, a difusão de boas práticas agrícolas, a difusão de utilização de EPIs. Esta Casa pode promover a volta da extensão rural, do ensinamento, da utilização correta de produtos. Isso me parece um subproduto.

Queria fazer uma pergunta ao plenário: alguém aqui, desta sala, desta Mesa ou do plenário, esteve presente no Agrishow, agora, em Ribeiro Preto, que se encerrou na semana passada? *(Pausa.)* Vocês perderam uma excelente oportunidade. Tem máquinas maravilhosas, existem robôs desenvolvidos para a aplicação de defensivos, o que pode, muito provavelmente, na sequência, tranquilizar todos nós. Não faremos mais discussões dermatológicas e respiratórias. Estamos com a tecnologia a serviço da agricultura, evoluindo no setor de máquinas e equipamentos para evitar qualquer problema que possa ser colocado em... Nós vamos ter um problema sim, que é o mesmo que aconteceu com a eliminação da queima da cana e da colheita da cana, que é o desemprego, mas esta Casa vai ajudar a resolver isso. Nós vamos tentar resolver para minimizar todos os riscos. Eu também queria tranquilizar, professora. Os aviões agrícolas hoje atuam com GPS. Uma pessoa só fará aplicação imponderada se quiser. Não há nenhum elemento humano que possa ficar debaixo da aplicação. Isso tem que ter sido feito através dos cuidados também da tecnologia.

Então, eu queria agradecer e dizer ao Victor: eu vou me comprometer a lhe entregar o estudo internacional completo 2004 a 2009 do Kleffmann Group. Não posso fazê-lo, porque ele não é meu, mas eu peço ao Lars, que é o Presidente da Kleffmann. A gente pode promover um encontro em São Paulo. Até já havia me comprometido com o Luiz Cláudio – acabamos não cumprindo, porque não houve agenda – para ele apresentar o trabalho.

Tem um viés sim, que vou lhe dizer qual é – acho que você mesmo colocou: é cana-de-açúcar, porque, quando você coloca cana-de-açúcar, você tem uma cultura, que os agrônomos aqui presentes sabem, que não é nem anual, nem



perene; é semiperene. E o açúcar não é feito na usina. Ele é feito no campo. Você dá o teor de açúcar pelo que você produziu agronomicamente. Dali para frente, a usina pode virar ou açúcar ou etanol. E aí as funções são diferentes: alimentar ou não. Então, a cana-de-açúcar talvez favoreça o Brasil e não pode favorecer outros países, como a China. A cana-de-açúcar é uma dádiva do Brasil. Curiosamente, na Argentina, não cresce a cana-de-açúcar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Agradeço, Dr. Eduardo, pela sua presença.

Passo a palavra à Profª Drª Anamaria Tambellini para fazer as suas considerações finais.

A SRª ANAMARIA TESTA TAMBELLINI – Também quero agradecer muito o convite da Anvisa.

Não posso deixar de falar uma coisa a você em relação à cana-de-açúcar. Sabe o que acontece? A gente pode não acreditar nas previsões climáticas, mas acho que hoje já não dá mais para a gente saber que alguma coisa diferente está acontecendo. E uma das previsões de cenários para essa mudança climática mostra, que não é a pior delas... Das três, tem uma que é quase nada, tem uma que é meio termo e tem uma que é tudo muito ruim. Eu vou pegar a do meio termo, que vai significar uma coisa: primeiro, vamos ter uma área grande de desertificação no Centro-Oeste e no Nordeste brasileiro. É um estudo, inclusive, da COOP e significa que a plantação de soja e de outras coisas não vão se manter se acontecer essa previsão. E vai se manter cana do Sudeste para baixo.

Isso é uma coisa – não deu tempo na hora, então agora aproveitei – que temos que ficar atentos, pois significa uma catástrofe para o nosso País, porque os efeitos dessa mudança climática vão ser sentidos mais no Hemisfério Sul; nós é que vamos ser penalizados. Esses países menos desenvolvidos vão ser os mais vulneráveis a essa mudança.

E o que vai acontecer é que vamos perder a possibilidade dessa produção e vamos perder mercado. Por outro lado, vamos estar com a cana para baixo e vamos ter... O problema maior que vejo não é só esse, mas vamos ter um êxodo dessas regiões para a Região Sudeste e Sul do Brasil.

Outra coisa, todas as previsões que o Governo tem feito de auto-suficiência de energia elétrica principalmente, com essa previsão, quando chegar a década de 30, porque ele está pensando que lá vai estar tudo... Elas não vão funcionar mais, o déficit vai ser muito grande, porque vai secar rio.

Temos que estar atentos a essas coisas. Não estou olhando com olhos ruins, mas, sim, encarando para ver o que podemos fazer. Se temos tanta inovação tecnológica, que ela seja jogada em cima dessas questões também. Não podemos só ficar vendendo coisas que já sabemos que dá muito dinheiro, senão vamos de novo pegar inovações tecnológicas que são feitas fora daqui e vamos comprá-las, vamos voltar a uma situação de século passado, década de 40 ou 50.



Tenho impressão que a nossa visão é muito míope e a da produção e do capital é só míope. Quando ele se realiza... Porque ele precisa daquilo. Não estou discutindo. É assim que é. Como pessoa da área de ciências, sou obrigada a colocar essas questões, porque elas levantam a possibilidade de outros ramos de produção mais avançados tecnologicamente, com os quais temos que procurar trabalhar.

Não precisamos ficar presos na energia hidrelétrica, temos que começar a pensar em outras fontes, porque essa vai furar, provavelmente.

Mas se essas previsões todas não se tornarem realidade, porque não é profecia nem nada, estão apenas baseadas em evidências, que pelo menos a gente aproveite esse empuxo para inovação tecnológica e isso nos ajude a crescer mais ainda do que seria permitido só com esta grande potência agrícola que o Brasil é.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Professora Dr. Anamaria, espero que não tenhamos que voltar para a energia atômica.

A SRª ANAMARIA TESTA TAMBELLINI – Nós temos muito vento, muito sol.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Ou para o óleo diesel, queimando para gerar energia. Temos muitas alternativas. O Brasil é um país maravilhoso.

Este debate foi muito importante. Nós, com certeza, teremos outras etapas, outros momentos para continuá-lo, porque isso não acaba nunca. O uso de agrotóxico é um problema e uma solução. E a população brasileira precisa estar sempre acompanhando essa questão da produção de alimentos para o País e para a exportação, lembrando sempre que a produção agrícola brasileira ou o agronegócio responde pelo saldo positivo da balança comercial brasileira. Além de alimentar os brasileiros, nós exportamos e temos esse saldo graças ao agronegócio.

Portanto, temos que cuidar muito da nossa produção agrícola, não somente da quantidade, mas principalmente da qualidade, que passa a ser discutida e debatida não só aqui no Brasil, mas em todo o mundo. A qualidade dos alimentos é importante para que possamos ter uma melhoria da qualidade de vida da população.

Não tendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo os nossos convidados pelas suas presenças e também as suas equipes de assessoria que estão acompanhando esta audiência.

Muito obrigado.

(Iniciada às 08 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.)



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES

CRA (11ª Reunião Extraordinária)

SF - 57

09/05/2012
